



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL CAMPUS CHAPECÓ  
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**KELVIN FRANCISCO BONSERE**

**O “GRITO DE MARCHA PARA OESTE” E A COLONIZAÇÃO DO OESTE  
CATARINENSE: 1937-1945**

**CHAPECÓ**

**2017**

**KELVIN FRANCISCO BONSERE**

**O “GRITO DE MARCHA PARA OESTE” E A COLONIZAÇÃO DO OESTE  
CATARINENSE: 1937-1945**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de História da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. José Carlos Radin.

**CHAPECÓ**

**2017**

**PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas**

Bonsere, Kelvin Francisco

O GRITO DE MARCHA PARA OESTE E A COLONIZAÇÃO DO OESTE  
CATARINENSE: 1937-1945 / Kelvin Francisco Bonsere. --  
2017.

68 f.:il.

Orientador: José Carlos Radin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Licenciatura em História , Chapecó, SC, 2017.

1. Marcha Para Oeste. 2. Colonização. 3.  
Nacionalização. I. Radin, José Carlos, orient. II.  
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

### ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos cinco dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às vinte e uma horas nas dependências do Campus Chapecó da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS), reuniu-se a banca avaliadora da monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em História constituída pelos professores: **Prof. José Carlos Radin (Orientador)**, **Prof. Antonio Marcos Miskyw (Avaliador)** e **Prof<sup>a</sup>. Samira Peruchi Moretto (Avaliadora)**. O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História - Licenciatura – elaborado pelo acadêmico **Kelvin Francisco Bonsere** sob o título: *O "GRITO DE MARCHA PARA OESTE" E A COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE: 1937-1945*, obteve a média final 10,0 sendo considerado APROVADO.

Chapecó - SC, 05 de dezembro de 2017.

Prof. José Carlos Radin- Orientador

Prof. Antonio Marcos Miskyw – Avaliador 1

Prof<sup>a</sup>. Samira Peruchi Moretto - Avaliadora 2

## RESUMO

Este trabalho tem por base elucidar as ressonâncias e as interações diretas e indiretas que o projeto deflagrado no Estado Novo, Marcha para Oeste, que visava proporcionar as regiões consideradas sertões do país o progresso, tiveram no processo migratório para o oeste de Santa Catarina; incorporando para tal, um novo espírito bandeirante, do qual seus ideólogos, como Cassiano Ricardo, buscaram atrelar ao projeto nacionalista a conquistas das áreas até então “bravias” do interior brasileiro. Neste contexto, trabalhar com o conceito de sertão é nevrálgico para a análise do período. É relevante denotar como ao longo da história do Brasil o termo sertão foi ligado a concepções pejorativas, apartado da civilização litorânea, um lugar perigoso, aonde habitavam pessoas não civilizadas. Assim, ao buscar entender como o projeto de “Marcha” do período varguista estava condicionado pelo sentido de sertão ainda selvagem e incivilizado, é que se pode compreender o sentido do impulso as ondas migratórias para o oeste. Neste contexto, a noção de progresso e civilização se faz intrínseca a discussão para sublinhar os contornos do projeto político que pretendesse abordar. Tal contorno se constituiu pela lógica, proveniente das noções progressistas inauguradas pelas revoluções ocidentais do século XVIII, de uma elevação técnico científica, social e humanista, pautada pelos pressupostos de civilização, em que o papel do Estado nacional é de promotor. Desta forma, para desenvolver a pesquisa, as fontes jornalísticas do período, como o periódico *A Voz de Chapecó*, as fontes orais, do Programa de Preservação do Patrimônio da Foz do Chapecó, e a iconografia, são elemento essenciais para se analisar as interações das elites locais com o projeto nacional e sua influência no fluxo migratório referente ao período. De tal modo, o trabalho apresenta em seu primeiro capítulo uma digressão histórica da região Oeste de Santa Catarina, culminando com o início da exploração das companhias colonizadoras. No segundo capítulo, uma análise dos editoriais do periódico *A Voz de Chapecó*, buscando elucidar as interações do arquétipo estado-novista com a ideologia propagada pela elite colonizadora. Assim, o projeto de Marcha para Oeste se mostrou como fruto de um modelo nacionalizador e autoritário e que buscou controlar, através dos poderes locais, a forma de colonização e exploração da área oeste do estado de Santa Catarina, importante ponto de fronteira.

Palavras-chave: Colonização. Estado Novo. Nacionalização. Progresso. Brasilidade.

## ABSTRACT

This academic work is based on elucidating the resonances and the direct and indirect interactions that the project started in the New State, March to the West, which aimed to provide the regions considered backwoods of the country the progress, had in the migratory process to the west of Santa Catarina; incorporating for this, a new expeditionary spirit, of which its ideologues, like Cassiano Ricardo, tried to connect to the nationalistic project to the achievements of areas until then "wild" of Brazilian interior. In this context, working with the concept of backwoods is abusive for the analysis of the period. It is relevant to denote how throughout the history of Brazil, the term backwoods was linked to pejorative conceptions, separated from the coastal civilization, the word used to mean a dangerous place where noncivilized people lived. Thus, in seeking to understand how the project of "March" of Vargas's period was conditioned by the sense of a backwoods still wilderness and uncivilized, because of that can be understand the direction of the migration to the west. In this context, the notion of progress and civilization becomes intrinsic to the discussion taking the political perspective. This outline of logic, derived from the progressive notions inaugurated by the Western revolutions of the eighteenth century, was based on a scientific, social and humanistic point of view, based on the presuppositions of civilization, in which the task of the state is the promoter. Thus, in order to develop the research, journalistic sources of the period, such as the newspaper *A Voz de Chapecó*, integrants's depoiments of the Foz do Chapecó Heritage Preservation Program, and iconography are essential elements for analyzing the interactions of local elites with national project and its influence on the migratory flow related to the period. therefor, this academic work introduces in its first chapter a historical tour of the western region of Santa Catarina, interacting with exploration of colonizing companies. In the second chapter, an analysis of the editorials of the newspaper *A Voz de Chapecó*, seeking to highlight the interactions of the new-state archetype with ideology spread by the colonizing elite. After that, the March to the West's project showed itself as the result of a nationalizing and authoritarian model, and sought to control through local authorities, to colonize and explore the western area of the Santa Catarina state, considered an important border point.

Keywords: Colonization. New state. Nationalization. Progress. Brazilian style.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Território Contestado por Paraná e Santa Catarina.....	24
Figura 2 - Emblema utilizado pela Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.....	31
Figura 3 - Vista da sede de Chapecó em 1940, atual Avenida Getúlio Vargas.....	43
Figura 4 - Editorial de 26 de novembro de 1939 do jornal <i>A Voz de Chapecó</i> .....	47
Figura 5 - Homens abrem estrada em Chapecó, 1941.....	56
Figura 6 - Mapa do Território Federal do Iguçu.....	57
Figura 7 - Major Trotta (ao centro) toma posse como Governador do TFI.....	58

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE (VELHO CHAPECÓ) .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1 O Oeste anterior à Colonização .....</b>	<b>20</b>
<b>2.2 O Território Contestado.....</b>	<b>22</b>
<b>2.3 O contexto inicial da colonização (companhias colonizadoras). .....</b>	<b>28</b>
<b>3 O OESTE EM MARCHA.....</b>	<b>32</b>
<b>3.1 Vargas e o Estado Novo .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2 A ideia e o discurso de Marcha Para Oeste. ....</b>	<b>42</b>
<b>3.3 A Marcha Para Oeste e a colonização.....</b>	<b>53</b>
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>65</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A história da colonização do Oeste Catarinense é abordada pela historiografia regional com certa ênfase ao período de sua gênese, ou seja, a partir de 1916 quando as primeiras levas de imigrantes oriundos do estado do Rio Grande do Sul chegam a esta porção do território de Santa Catarina. Porém, os demais fluxos migratórios que continuam a perpassar a região principalmente entre os anos de 1930 a 1945, com suas motivações, suas imbricações políticas e sociais, constituem ainda um complexo emaranhado pouco elucidado pelos historiadores. Embasado por essa vontade de contribuir com a escrita da história regional, também com a história dessas mulheres e homens que aqui chegaram, bem como sua relação com os que aqui já se encontravam, junto com as ações e projetos idealizados pelos governos tanto em esfera local, estadual e federal, que impactaram na vinda e na vida destes seres, é que me proponho desenvolver este trabalho.

Desta forma, o eixo central que norteará esta produção será o projeto de Marcha Para Oeste deflagrado no governo de Getúlio Vargas, durante o período ditatorial do Estado Novo. O desenvolvimento de um trabalho voltado para elucidar a colonização e o seu discurso, proveniente especificamente de um projeto político em um governo centralizador e autoritário, é relevante para se compreender como foi pensado, idealizado e concretizado um processo que buscou levar ao considerado sertão a modernidade e o progresso, sinônimos de civilização na metade do século XX.

A análise do grito de Marcha para o Oeste varguista pode contribuir com a historiografia da colonização do Oeste Catarinense, no intuito de elucidar um fluxo migratório planejado e especificado, através da construção dos ideólogos do Estado Novo, com o discurso de reincorporação do espírito bandeirante, como Cassiano Ricardo postula no seu livro *Marcha para Oeste*, o qual está imbricado a constituição social da bandeira no desbravamento dos sertões do Brasil<sup>1</sup>. Neste sentido, compreender a formação social e a constituição de um pensamento progressista e civilizatório na ocupação dos territórios do Oeste, vai ao encontro de problematizar a matriz estruturadora da cultura e do material dos grupos sociais que hoje o compõem. Neste contexto, trabalhar com a ideia de marcha, propõe retratar um movimento

---

<sup>1</sup> RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970. p. 88.

constante de ocupação, hegemonização cultural, por meio de um projeto de nação idealizado e buscado.

A partir deste eixo analítico que proponho, dialogarei com a historiografia que trata dos aspectos atrelados ao Estado Novo, ao projeto de Marcha para Oeste e a colonização. Para tal, utilizo autores como Alcir Lenharo que em sua obra clássica *Sacralização da Política* trata de como o Estado brasileiro da Era Vargas, principalmente durante o Estado Novo, criou um Estado Corporativo, baseado na dominação das massas, e na criação de uma homogeneidade cultural, buscando a construção de uma nação “forte e coesa”, que personificou na figura de Vargas essa visão sacra de estadista e detentor das “rédeas da nação”.

Assim, criou-se um poder político centralizador que teria de unificar também os demais estados da federação, inclusive Santa Catarina. Neste cenário, as abordagens do Estado Novo em solo catarinense servem de base para compreender as ressonâncias do projeto nacionalista nas elites que vão se suceder no poder durante o período. Um trabalho que trata desta análise é *O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra* de Clayton Hackenhaar, dissertação de mestrado apresentada no ano de 2014, que condensa uma visão historiográfica local recente do período. Hackenhaar joga luz sobre os conflitos políticos, econômicos, sociais e culturais que se davam entre a população, as elites e o governo tanto local como nacional, buscando quebrar até certo ponto a superestima da ação do governo central nas regiões coloniais, em outras palavras, o autor propõe compreender os arranjos políticos e as contendas locais como fator relevante para as políticas de colonização.

No âmbito de compreender as relações do projeto de marcha conflagrado nas esferas consideradas pelo poder nacional como ainda apartadas e não integradas ao país e suas relações com as pessoas envolvidas nesse processo, utilizarei a obra *Campesinato e Marcha Para Oeste* organizada por Joel Orlando Bevilaqua Marin e Delma Pessanha Neves, que aborda as características, interações e impactos da Marcha Para Oeste no campesinato, principalmente aquele que vivia no interior do país e aquele impulsionado a migrar para essas áreas. Um dos autores que contribui para a construção da obra é o historiador Alceu Werlang como artigo “A Marcha para o Oeste em Santa Catarina”, nele o autor analisa as especificidades do projeto na região e a relação de Vargas com as companhias colonizadoras, na perspectiva de ajustar a colonização a política nacional.

Neste cenário, compreender como se deu a colonização do espaço denominado Oeste Catarinense é de suma importância para relacioná-lo com o projeto nacionalizador varguista,

buscando elucidar as primeiras levas migratórias e a gênese da atuação das companhias colonizadoras. Para tal, abordarei a dissertação de mestrado de Eli Maria Bellani, *Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai o processo de colonização do velho município de Chapecó: 1917/1950*, que trata do desenvolvimento oesteino através da fixação da atividade econômica e da construção do “Homem do Oeste”. Bellani, traz em sua obra diversos relatos ligados a colonizadora Bertaso, traçando o panorama político e econômico do município de Chapecó. Para compreender o perfil étnico e cultural desse novo elemento, o migrante, que vai se assentar nas terras do oeste, busco dialogar com uma historiografia que explicita as relações estabelecidas entre o colono e o caboclo, habitante “original” destas terras. Desta forma, a obra *A Colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros* de Arlene Renk constitui base importante para elucidar essa discussão, pois a autora relaciona as idiossincrasias desses dois elementos, migrante e brasileiros, na composição e ocupação da região Oeste.

Outra obra utilizada para discussão, agora em âmbito de historiografia recente, será a tese do professor José Carlos Radin, *Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão*, nesta tese de doutorado, Radin trata da colonização do antigo município de Cruzeiro, trabalhando como a ação das colonizadoras, em consonância com os interesses do Estado, propunha levar através dos migrantes descendentes de europeus imigrados, a “ordem”, “civilização” e “progresso” a região Oeste do estado. Ainda no quesito de colonização, o artigo *Região, civilização e progresso: Oeste Catarinense, 1916-1945*, do professor Francimar Ilha da Silva Petrolí, é relevante para compreender a “construção” do Oeste Catarinense através da análise das ações institucionais do Estado, como na demarcação das fronteiras e no desenvolvimento de políticas que possibilitaram fazer da região um polo crescente de atração de migrantes.

Nesta perspectiva historiográfica adotada e para compreender os conceitos que serão caros a este trabalho, é importante destacar como o processo nacionalizador de Vargas se encaixa em um preceito de formação da identidade nacional. Para compreender tal conceito, utilizarei a contribuição teórica de Eric J. Hobsbawm, utilizando principalmente seu livro *Nações e Nacionalismo Desde 1870*, no qual o autor debate sobre a mutabilidade do vocábulo e da ideia de nação atrelado a história ocidental, desde a construção dos primeiros estados-nação até a utilização moderna do termo, na qual será meu foco de estudo. Se antes, na era medieval, o termo nação se atrelava a concepção de descendência e nascimento, no final do século XIX e na primeira metade do século XX a utilização do termo se constituiria a partir das noções de etnia, língua, território, história, cultura entre outros, sob a tutela do Estado ou o

Estado-nação. Desta forma, o significado moderno de nação, comportaria em si a ideia de centralidade e unidade, por meio da unificação, cabendo ao papel do Estado a criação da “consciência nacional” nas camadas populares. Tal papel do Estado mostra sua latência no Brasil no período ditatorial estado-novista, no qual o ponto central, a campanha de nacionalização, se propõe a integrar todo o território a brasilidade, dirimir os quistos étnicos, e modernizar todo o complexo formativo da nação, inerente a isso o trabalho e a civilidade, pressupostos indispensáveis ao brasileiro que propunha-se criar.

Neste contexto, a noção de progresso e civilização se faz intrínseca a discussão para sublinhar os contornos do projeto político que pretendesse abordar. Tal contorno se constitui pela lógica, proveniente das noções progressistas inauguradas pelas revoluções ocidentais do século XVIII, de uma elevação técnico científica, social e humanista, pautada pelos pressupostos de civilização, em que o papel do Estado nacional é de promotor. Para trazer luz a essa concepção utilizo Norbert Elias, que apresenta a civilização como responsável pela regulação do indivíduo em sociedade, tal visão podemos melhor encontrá-la em seu livro *Processo Civilizador*, onde os conceitos de civilização e progresso são encarados principalmente como a forma de se organizar de uma sociedade.

Para Elias “o conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes”<sup>2</sup>. Estando atrelado a uma cadeia de lentas transformações dos padrões sociais de autorregulação, inseridos numa história de longa duração. Elias analisa os padrões de costumes e condutas que diferenciam o civilizado do incivilizado, assim o civilizado se apresenta como o contraponto do rústico, do bruto, sendo propagado por determinadas nações e grupos que se auto impõem normas de civilidade e um padrão social que consideram superiores. Neste caso, a urbanidade constitui acesso a esse padrão social considerado civilizado, pois ao se urbanizar o contato maior entre as pessoas permite a “fiscalização” e a imposição desses hábitos, já os habitantes das regiões remotas no caso os moradores do “sertão” por estarem isolados da urbanidade e em consequência esparsamente distribuídos pelo território, não estão na latência da autorregulação dos costumes e por consequência não tem acesso à civilização dos grupos urbanizados.

Neste cenário, faz-se imprescindível a designação do que é esse sertão, para tal utilizo da obra Janaína Amado no seu trabalho *Região, Sertão, Nação* que analisa como ao longo da

---

<sup>2</sup> ELIAS. Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p.25.

história do Brasil o termo sertão foi ligado a concepções pejorativas, apartado da civilização litorânea, um lugar perigoso, aonde habitavam pessoas não civilizadas. Esta discussão e a caracterização de sertão serão apresentadas logo no início do primeiro capítulo, para entendermos como a colonização se constituiu buscando desbravar este lugar bravo.

Outro conceito que será de extrema relevância neste trabalho é o de colonização, para tal utilizarei a contribuição de Alfredo Bosi, que no seu livro *Dialética da Colonização*, na qual o autor aborda o processo colonizador, pelo qual o Brasil foi submetido, destacando, principalmente, os aspectos predatórios da “marcha colonizadora”, que teria por base a exploração e domínio da natureza. Desta forma, procuro abordar esse conceito por um prisma que vise a análise da mercantilização do processo de loteamento de terras no Oeste Catarinense, atrelado a incorporação da região aos processos econômicos nacionais. Soma-se a isso, a análise de produção cultural subjacente a esse movimento de colonização, que procurou estabelecer uma relação estrita entre cultura e progresso.

Sob tal perspectiva, analisarei os editoriais do semanário *A Voz de Chapecó*, construído e mantido por meio da família Bertaso, fundadora de uma das colonizadoras atuantes no Oeste Catarinense. Analisar esse periódico permite desvendar de que maneira a elite chapecoense abordou o problema da colonização desse território e posterior intervenção do Estado para incluí-lo no projeto nacionalizador. Tal cenário, aborda a imprensa local como um veículo sobre o qual os estereótipos culturais e sociais da sociedade em questão se fazem presente, com muito mais latência no período ditatorial em qual se vivia. Segundo Tania de Luca:

O papel desempenhado por jornais e revistas em regimes autoritários, como o Estado Novo e a ditadura militar, seja na condição difusor de propaganda política favorável ao regime ou espaço que abrigou formas sutis de contestação, resistência e mesmo projetos alternativos, tem encontrado eco nas preocupações contemporâneas, inspiradas na renovação da abordagem do político.<sup>3</sup>

Outra fonte utilizada para o desenvolvimento da análise no trabalho, provém da história oral através de entrevistas realizadas pelo projeto de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da UHE Foz do Chapecó. Trabalhar com a história oral permite ao pesquisador reviver memórias pessoais, reconstruir trajetória, imprimir um maior status social a sua pesquisa, ampliando assim o espectro de compreensão da realidade analisada. Cabe

---

<sup>3</sup> DE LUCA, Tania. **Fotografia: múltiplos olhares**. São Paulo, contexto, 2005.p. 129.

observar, porém, que o trato com a fonte oral tem de ser feito sempre a luz da crítica do historiador da fonte, não a encerrando como uma verdade, mas sim como uma experiência pessoal embutida de valores, visões pessoais e de grupo de pertencimento, cabendo ao pesquisador relacionar seus elementos com a pergunta historiográfica que será elaborada.

Como nos mostra Carla Pinski “A história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da história’ e, desta forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”<sup>4</sup>.

As fontes iconográficas são outro exemplo de trabalho disponível para compreender o processo de colonização do Oeste. Vários materiais se encontram hoje disponíveis no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e servirão de base para a pesquisa aqui pretendida. O trabalho com fotografias leva em conta a materialidade dessa fonte como instrumento de pesquisa histórica. Desta forma, os registros fotográficos da colonização do Oeste permitirão analisar as representações buscadas pelos sujeitos que as produziram, jogando luz sobre como esse processo foi desenvolvido e como foi propagado. O aspecto político também se encontra inerente aos registros fotográficos, pois uma foto é também a dimensão a qual se busca focar para se perpassar ao futuro, é uma idealização de uma sociedade, de um fato ou indivíduo, de um projeto político que se tenta emoldurar buscando eternizar seus valores.

Neste sentido, para compreender de forma mais balizada a interação do projeto político varguista com as elites chapecoenses e a colonização do Oeste Catarinense farei no primeiro capítulo uma contextualização histórica dos aspectos econômicos, sociais e políticos inerentes a região estudada. Tal contextualização contempla a constituição do grupo de habitantes anterior a chegada do elemento migrante, seu modo de vida, suas crenças, passando pela deflagração do conflito do Contestado que ceifou a vida de milhares desses habitantes e engendrou um novo contexto para a povoação deste território. Após o conflito a região recebe então a primeira leva de migrantes vindo do Rio Grande do Sul, através da atuação das companhias colonizadoras, tal fato também será elucidado no decorrer do capítulo.

Por fim, no segundo capítulo abordarei as questões relativas ao projeto de Marcha Para Oeste, tanto no âmbito nacional como regional, explicitando os pressupostos que norteavam as concepções da mesma e qual sua relação com o fluxo de colonização e com a ação das companhias colonizadoras. Neste capítulo, com base na análise dos editoriais do semanário A

---

<sup>4</sup> PINSKY, Carla. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p.88.

*Voz de Chapecó*, da iconografia e da fonte oral, procurarei mostrar as ressonâncias do projeto colonizador varguista nos diversos elementos envolvidos no processo de colonização da região.

## 2 COLONIZAÇÃO DO OESTE CATARINENSE (VELHO CHAPECÓ)

A região que hoje compreende o oeste do estado de Santa Catarina, sempre esteve envolta em conflitos e interesses. Seu processo de colonização e ocupação não ficou de fora desse panorama, neste capítulo abordarei os principais aspectos do início desse processo colonizador, como também seus antecedentes, iniciando por uma digressão histórica dos acontecimentos que iriam marcar a gênese desse processo. Tal digressão pode ser iniciada abordando um dos aspectos relevantes dessa porção de território, sua localização fronteiriça, tema esse indigesto desde a era colonial brasileira, no qual as coroas portuguesa e espanhola se enfrentavam pela demarcação e soberania de terras nessa região. Tais conflitos foram transplantados também para a era republicana de Brasil e Argentina, na conhecida “Questão de Palmas”, só havendo atenuação com o arbítrio do presidente estadunidense Grover Cleveland, que definiu a questão para o lado brasileiro, mantendo as fronteiras da região pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio. Entretanto, as contendas envolvendo a região também seriam deflagradas pelas províncias a que pertenciam essas terras, dando origem ao “Contestado”, que extrapolaria os meios jurídicos e conflagraria em conflito bélico, com os sertanejos que habitavam o local, sendo fortemente reprimidos pelo poder central.

Resolvido o problema da região contestada, o território começa a ser efetivamente colonizado, após a companhia norte americana *Brazil Railway Company* deflagrar a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, na qual uma das cláusulas do contrato previa a exploração pela companhia de 15 km de área para ambos os lados onde cruzasse a ferrovia. Havendo empecilhos para a empresa explorar a região as margens da estrada devido a sua já ocupação, foi concedido a ela espaços no extremo Oeste Catarinense, no qual a empresa delega a sua sucursal *Brazil Development e Colonization Company* a tarefa de realizar a exploração, que por sua vez repassa para diversas empresas colonizadoras os direitos de ação sobre esse território. Desta forma, a partir de 1916, através de acordo firmado entre o estado de Santa Catarina e a sucursal da empresa norte americana, a região Oeste começou a receber seus primeiros migrantes.<sup>5</sup>

Porém, após o momento inicial da colonização a região experimentou o total descaso dos poderes locais e nacionais, como mesmo constatara o presidente de Santa Catarina na sua

---

<sup>5</sup> HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local - 1945 a 1965**. 1993. 373 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1993. p. 49.



famosa viagem em 1929 pelo Oeste do estado. Nela o mandatário se mostra extremamente incomodado com a tamanha “desnacionalização” da região, que segundo ele, sua população se identificava em maior grau com a nação argentina do que com a brasileira. Neste ponto vemos um exemplo claro de como as autoridades brasileiras tinham preocupação com a manutenção das fronteiras, para evitar uma futura nova querela pela posse das terras. Soma-se a isso, a total desassistência em que viviam os habitantes do local, sem acesso a serviços básicos de sobrevivência. Tal choque entre a visão do presidente e a região ali encontrada demonstra o ideário de civilidade oriundo do litoral brasileiro em choque com o “Sertão Oestino”. É assim que a região do Oeste Catarinense será caracterizada, como “Sertão”, território selvagem e hostil, necessitando de uma intervenção do poder público, para que a civilização e o progresso fossem naquela localidade assentados<sup>6</sup>.

O “Sertão Oeste” seria formado então por gêneros humanos não compactuados com a modernidade e com os verdadeiros sentidos de civilidade e brasilidade pactuados pela época, pois viviam em condições insalubres, afoitos pela bandidagem e identificados com uma nação que não seria a brasileira. Tais conclusões foram tiradas por aí viverem caboclos, distantes da organização urbana, característica do litoral do país. Tal noção de “Sertão” encontra-se imbricada na cultura e no imaginário popular, desde a construção desse território que denominamos Brasil. Contribui para tal percepção a escritora Janaína Amado, ao caracterizar como esse termo se engendra na história da construção do país, amplamente utilizado na ótica dos viajantes que aqui aportaram e que descreveram tal região sertaneja, construindo para o termo um sentido pejorativo, que predominou mesmo após o Brasil independente. Para a autora:

[...]Litoral (ou “costa”, palavra mais usada no século XVI) referia-se não somente a existência física da faixa de terra junto ao mar, mas também a um espaço conhecido, delimitado, colonizado ou em processo de colonização, habitado por outros povos (índios e negros), mas dominado pelos brancos, um espaço da cristandade, da cultura e da civilização... “Sertão”, já se viu, designava não apenas os espaços interiores da colônia, mas também aqueles espaços desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta e habitados por bárbaros, hereges, infiéis, onde não haviam chegado as benesses da religião, da civilização e da cultura.<sup>7</sup>

Esta caracterização de “Sertão” e sua oposição com o Litoral, não só prevaleceu, na sua essência durante as primeiras décadas do século XIX, como também serviu de base para uma

---

<sup>6</sup> Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM). **A Viagem de 1929: oeste de Santa Catarina**. Chapecó: Argos, 2005.

<sup>7</sup> AMADO, Janaína. **Região, Sertão, Nação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 08, n.15, 1995, p. 145-151. P.148.

idealização de nação, no qual esse espaço genuinamente sertanejo haveria de ser incorporado. É essa construção do termo “Sertão” que se torna latente para compreendermos o processo que deflagrou a colonização da região Oeste de Santa Catarina. Tal processo não foi apenas idealizado, como também pautado em torno da concepção de rompimento desse “Sertão”, pois o “gentio” que aqui se encontrava não seria capaz de rompê-lo e o progresso e a cultura só seriam aqui cimentados, se aqui se assentassem “raças” capazes de fazê-lo. Assim se moldou o processo migratório que amparado pelo estado e levado a cabo pelas empresas privadas, ocupou as regiões consideradas vazias pelo Estado brasileiro na época. A ideia de vazio demográfico também será muito cara ao projeto de colonização, pois território vazio pode configurar potencial contestação sobre o mesmo, ameaçando a soberania brasileira e a brasilidade da população, soma-se a isso o inadequado aproveitamento econômico, dos recursos que a região pode oferecer a nação.

Desta forma, as bases ideológicas que sustentaram o processo de colonização do Oeste Catarinense no alvorecer do século XX, estão amplamente pactuadas com os pressupostos de civilização, cultura e progresso, onde, os habitantes que aqui viviam, na sua grande maioria caboclos (miscigenação entre índios e portugueses) e indígenas, seriam ceifados da sua humanidade, quanto aos seus direitos e espoliados do seu território, garantido pela ancestralidade. Esse projeto, amparado pelos governos do estado e central, que seria devidamente posto em prática pelas companhias privadas de colonização possuía viés racial latente como nos mostra Arlene Renk<sup>8</sup>, a companhia como uma empresa privada priorizava a venda de “terra de qualidade” para “gente de qualidade”, esta tal “gente” seria o contraponto do caboclo então ocupantes da região, pois traziam consigo o germe da civilização, do progresso e principalmente do trabalho. Assim, a prioridade da venda dos lotes de terra era para os descendentes dos imigrantes europeus, vindos para as colônias do sul do país, destacando-se os descendentes ítalos e germânicos.

Tal preferência escancarava como o projeto colonizador se preocupou em assentar nas terras do Oeste pessoas as quais, as ideias de progresso e cultura da época, estavam estereotipadas. Configurando, desta forma, um fluxo migratório que contemplasse vários aspectos, como o preenchimento demográfico, o aproveitamento econômico, o renascimento cultural, o desabrochar do progresso, enfim a conquista da brasilidade pelo “Sertão”.

---

<sup>8</sup> RENK, Arlene. **As Representações dos Brasileiros**. Caderno do CEOM v.5, n.7. Chapecó, 1991. p.88.

A conquista da brasilidade pelo imenso sertão é uma questão estratégica a ser discutida nesse trabalho, pois ela vai estar presente durante todo o projeto de colonização e se colocará com maior ênfase no projeto varguista de Marcha para Oeste Brasilidade congregará então, todos os ideais de raça, cultura, trabalho, progresso e modernidade, que o Estado passará a almejar para o sertão catarinense, tal conceito será retomado e esmiuçado posteriormente durante este trabalho.

Desta forma, o Oeste Catarinense passa a ser visto como um espaço a ser conquistado pelo homem capaz de levar o progresso e a civilidade a região, como trata José Carlos Radin.<sup>9</sup> “Assim, a imagem do sertão, despovoado e dominado pela ‘alfombra selvagem’, também continha em si a potencialidade de um futuro promissor, onde a ação do homem civilizado promoveria a sua transformação”. Tal transformação do sertão em civilização, como propõe Radin, estaria então embutido na “missão” desses colonos para com a terra em que seriam direcionados, sendo essa missão não só de desbravar a terra, mas de garanti-la para o progresso livrando-a dos “gentios afoitos a preguiça”, que nela também viviam.

Uma vez assentados os colonos em seus lotes, as relações estabelecidas, principalmente com a rudeza do habitat que os rodeavam e os caboclos e posseiros que também ali viviam, se caracterizaram por um total desafio de sobrevivência e construção. Para vencer esses “obstáculos” o colono, imbuído do ideário de progresso, teria de trabalhar arduamente, fazer daquela terra envolta de promessas e louros um verdadeiro “rio caudaloso” de progresso, tal sua missão, depositadas em suas mãos, pelas empresas colonizadores e pelos governos<sup>10</sup>. Porém esse trajeto se configuraria numa árdua jornada, de desprovisionamento dos meios básicos, de desorientação, solidão, pois os mesmos que os ali colocaram não deram suportes necessários à sua missão. Assim o que vai se construir neste Velho Chapecó, serão as incipiências de cidades, núcleos, que tortamente serão responsabilizados pela civilização do sertão, cabendo a esses mesmos colonos chamarem a atenção das autoridades as necessidades que passavam.

É nesse contexto, que a elite desses colonos que agora povoam o Oeste Catarinense, buscou meios para estabelecer contatos com os poderes do estado e central, exemplo disso é a criação do semanário *A Voz de Chapecó* em 1939, que irá congregar as principais reivindicações dos “patrícios” do Oeste para a melhoria e maior visibilidade da sua região. Tal meio de estudo,

---

<sup>9</sup> RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão**. Florianópolis: UFSC, 2006. p.42.

<sup>10</sup> CEOM (2005) **A Viagem de 1929. Oeste de Santa Catarina**. Documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste Catarinense (org) Chapecó. Argos, 2005. p.85.

o periódico, será melhor explorado no decorrer da monografia, pois carrega consigo imensa valia histórica para se analisar não só ações e fatos, mas principalmente os discursos e interesses que se interpunham no meio dos artigos e notícias do jornal.

## 2.1 O Oeste anterior à Colonização

Falar das pessoas que ocuparam o “Velho Chapecó” ou mais tarde também conhecido Oeste Catarinense, antes da ocupação pelos colonos, é um trabalho histórico árduo, não pela relevância do tema, que aliás é altíssima em se tratando de conhecimento histórico e cultural, mas pela dificuldade em se encontrar fontes históricas que nos auxiliem jogar um pouco de luz sobre esse passado, tão pouco considerado pelos historiadores em comparação com a história dos colonos que nessa mesma região se assentaram. Porém fato esse, que não desconsidera sobremaneira, a forma de vida e organização social dos caboclos, nomenclatura utilizada para definir essa gente tão relegada em sua história, mas que se constituíam de uma miscelânea cultural inerente a formação popular brasileira.

Os caboclos ou também brasileiros, eram formados pela miscigenação de índios *kaingang* e portugueses e seu modo de vida se constituía por um *ethos* completamente diferente daquele praticado pelo espírito mercantil engajado dos ítalos e germânicos que constituirão a base do processo de colonização deflagrado no século XX. O *Ethos* caboclo congregava uma forma de organização social voltada para a subsistência e sem acumulação de excedentes que pudessem figurar em um processo comercial significativo. Tal fato explica por que as companhias colonizadoras que assumiram a missão de colonizar as terras desta região não consideravam os caboclos como “gente própria” para esta terra, fomentando sua expulsão ou mesmo coação para que vendessem seus pedaços de terra. Desta forma, o estilo de vida e o próprio caboclo foi extremamente estigmatizado, tanto no período em que o processo foi deflagrado como também posteriormente, já que a própria historiografia por muitos anos os manteve a margem do processo histórico. A estigmatização do caboclo esteve embasada a partir das emanções por um país mais moderno em contraposição ao rural e atrasado sertão.

O caboclo se configura então como um ser intrinsecamente ligado ao seu habitat, como nos explicita Roberto Luiz Pocai Filho:

Residente da floresta, o caboclo se torna um ser que se liga à natureza pelo seu trabalho. Um pomar ao lado da sua casa, as caçadas frequentes – onças, tatus, ratos do mato, veados–, as criações de porcos soltos no mato – as chamadas safras –, o corte de madeira, a extração de erva-mate, os chás medicinais feitos de ervas do mato, tudo isso explica essa conexão e são atividades que integram a forma de sobrevivência do caboclo.<sup>11</sup>

Esse modo de vida caboclo é o que vai ser sua principal característica, já que defini-lo como um grupo étnico em si é extremamente difícil devido à ampla variedade de sua origem e constituição<sup>12</sup>. A partir disso, podemos denotar que as atividades econômicas que perduraram durante o período pré-colonização oficial do território, junto com a população atrelada a ela, não constituíam como a idealizada para a região, na qual se projetava, pelas elites governantes, como estratégica de fronteira e como potencialmente aproveitável para atividades ligadas a produção de excedentes comercializáveis, introduzindo assim, a região, a um ciclo nacional capitalista.

Outra característica da população cabocla era a forte presença de um misticismo ligado a práticas religiosas não ortodoxas. Cabe ressaltar que a grande maioria desses caboclos professavam o catolicismo, porém com métodos e crenças que se desvincilhavam da *práxis* romana, a qual era considerada a verdadeira fé pela Igreja Católica. Neste cenário, as relações entre caboclos e padres seguiam um grau de tensão, já que monges não reconhecidos pela Igreja, como José Maria, angariavam profunda reconhecimento perante essa população, postulando práticas religiosas ligadas a profecias, bênçãos miraculosas, curandeirismo com ervas e orações de cunho popular<sup>13</sup>.

Esses monges errantes conseguiam maior espaço por serem os únicos pregadores religiosos no meio desta população, já que párocos oficiais da Igreja Católica eram raros na região, escancarando ainda mais o desprezo para com essa população. Desta maneira, não só o traço econômico marcou a caracterização cabocla, mas também o traço religioso, que

---

<sup>11</sup> FILHO, Roberto Luiz Poci. **A saga do “pioneiro” no sertão dos “bichos do mato”: A produção do espaço no Sudoeste do Paraná e o silêncio da História.** TerraPlural, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 125-144, jan/jun. 2014. pg. 129

<sup>12</sup> DEBONA, Marcelio Inácio. **O caboclo de Palma Sola e arredores: depoimentos sobre as décadas de 1930-1960.** Curitiba, 2010. Pg.88.

<sup>13</sup> QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado (1912-1914).** São Paulo: Ática, 1966. pg. 45.

estereotipado, rendeu ao caboclo a pecha de fanático, principalmente durante a deflagração da Guerra do Contestado.

A caracterização do modo de vida caboclo se calca então em premissas de subsistência, aliado a uma noção de sociabilidade baseada na comunidade, com total desatenção pelas esferas de poder público, em outras palavras, o que se desenrolava no oeste catarinense no período das décadas finais do século XIX e iniciais do século XX, se diferenciava em demasia do restante do estado, leia-se espaço litorâneo, no qual contava com instituições, como escolas, hospitais, força policial, que engendravam um pacto social moderno, em dissonância com o oeste ainda rústico, bravio e dominado pela natureza selvagem. Este cenário de desagregação da porção oeste com o restante do estado se dará até a deflagração do processo de colonização da região e até o fim do conflito entre Paraná e Santa Catarina pelas terras do Contestado.

## 2.2 O Território Contestado.

O termo território contestado traz intrínseco a si uma gama de significados que pode ser remetida desde o passado colonial brasileiro, perpassando pela querela entre Paraná e Santa Catarina que deflagrou a Guerra do Contestado, que envolveu sertanejos, caboclos, fazendeiros e governo, num conflito bélico, ceifando milhares de vidas e mudando o curso da região.

A região abrangente pelo território contestado foi palco de disputa tanto por Portugal e Espanha, quanto posteriormente por Brasil e Argentina. Na era colonial brasileira a questão da posse das terras envolvendo o sul do país começou a entrar em litígios a partir da fundação da colônia de Sacramento em 1680 no qual os portugueses ingressavam para além do tratado de Tordesilhas, ocupando territórios até então espanhóis. As divergências continuaram mesmo com os tratados de Madri de 1750, de Santo Idelfonso de 1777 e de Badajós em 1801, com o Brasil configurando seu território com base no princípio de *uti possidetis*, se alastrando até após a independência das duas colônias, Brasil e Argentina<sup>14</sup>. Já na era independente, as duas nações ainda não encontravam acordo satisfatório para a questão. A Argentina conclamava a fronteira, na época conhecida como região de Palmas, nos rios Chapecó e Chopim, já o Brasil defendia a fronteira pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio.

---

<sup>14</sup> VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: A Instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)**. Porto Alegre: PUC-RS, 2009. p.51.

Em 1889 Brasil e Argentina acordam em estabelecer a resolução da querela por intermédio Norte Americano, porém em 1890 o chanceler brasileiro Quintino Bocaiúva assina em Montevideú um tratado com o seu par argentino Estanislao Zeballos, em que a área contestada seria dividida entre os dois países. Porém, o fato não é bem recebido pela opinião pública brasileira, e o congresso brasileiro o rechaça em agosto de 1891, alegando que a questão poderia ser melhor resolvida, e vencida pelo lado brasileiro, em arbítrio do presidente estadunidense. O Brasil nomeia então o Barão do Rio Branco como representante brasileiro em Washington, que passa a reunir toda a informação histórica e cartográfica da região em litígio, imbuído mais uma vez do princípio *Uti Possidetis*, onde provou a presença e ocupação brasileira na região preterida pelo Brasil, conseguindo assim ganho de causa em 1895, por meio do laudo do presidente norte-americano Glover Cleveland<sup>15</sup>.

Porém, as dificuldades com a designação das fronteiras não seriam apenas enfrentadas pelo estrangeiro, internamente a região também passa a ser disputada, agora, pelos dois estados criados que englobavam essas terras, Santa Catarina criada em 1821 e Paraná criado em 1853. Assim, as terras compreendidas aos Campos de Palmas, com extensão territorial de aproximadamente 48.000 quilômetros quadrados entre os rios Iguaçu, ao norte, e Uruguai ao sul como veremos na figura 01 a seguir, entrariam na pauta de interesses dos dois governos locais.

---

<sup>15</sup> HERMES, J.; BASTO, M. Limites; LINS, A. Rio Branco; OLIVEIRA, J. Actos; **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro das Relações Exteriores (1922-1925, 1928)**; RIO BRANCO, J. Questões (v.5); SOARES, A. História; VIANA, H. História; VIANA FILHO, L. Vida.

Figura 01: Território Contestado por Paraná e Santa Catarina.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Mapoteca.

O mapa mostra a enorme extensão da região em litígio, área que mais tarde iria compor grande parte do território catarinense. Aliás as pretensões do estado catarinense, pela posse destas terras, já vinham sendo confirmadas em ações no Supremo Tribunal Federal, como mostra Valentini: “em 1904 a questão foi levada ao STF que concedeu ganho de causa a Santa Catarina; o Paraná, por sua vez, recorreu da decisão. Em 1910, pela terceira vez, o STF confirmou em definitivo a sentença em favor a Santa Catarina”<sup>16</sup>. Porém a tensão entre os dois estados continuaria, culminando em confrontos bélicos envolvendo os habitantes do local.

Tal espaço se constituía com enorme potencial de exploração em termos de madeira, erva-mate, plantio e criação de animais, porém até os primeiros anos do século XX nenhum estado havia de fato explorado a região, e muito menos prestado algum tipo de auxílio a população que a habitava. Em 1910 o número de habitantes principia a aumentar, ao longo do rio do Peixe, devido a construção da estrada de ferro que ligava São Paulo a Rio Grande, sendo que o contrato com a *Brazil Railway Company*, de Percival Farquhar, responsável pela construção da obra, previa a concessão de 15 quilômetros de cada lado da estrada de ferro para a exploração da companhia, fato que desalojou antigos ocupantes da terra que não possuíam títulos legais de posse das mesmas<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: A Instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)**. Porto Alegre, PUC-RS, 2009. p.53.

<sup>17</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p. 297.



Instaurado esse cenário no local já contestado, muitos sertanejos e os próprios caboclos, figuras já descritas anteriormente, espoliados de seu meio de sobrevivência básico, o acesso a terra, e envoltos em um cenário de completo abandono de suas necessidades mais fundamentais, somados a uma forte presença mística-religiosa entre a população, iniciariam a se agrupar em volta de figuras religiosas, os monges errantes. Tais figuras apareciam de tempos em tempos na região, na época, por volta de 1911, aparece na região o monge José Maria de Santo Agostinho<sup>18</sup>. O monge começa a reunir uma gama significativa de pessoas, pregando a volta da monarquia, e também espalhando ensinamentos místicos, rezas e curandeirismo. Tal fato coloca em alerta as autoridades locais, devido à grande aglomeração de pessoas, muitos armados, desta forma, o prefeito de Curitiba Coronel Francisco Ferreira Albuquerque denúncia ao governo de Santa Catarina, uma possível perturbação a ordem, ocasionando assim a vinda de força policial para expulsar os aglomerados do local.

Ao ser confrontado com a força de polícia, o monge José Maria decide reunir seus seguidores e sair de Curitiba, cruzando a fronteira com o Paraná e se instalando nos Campos do Irani, no município de Palmas, sob jurisdição do Estado paranaense. O ocorrido chega a Curitiba e provoca grande alarde por parte da população já ressentida pelas querelas de fronteira com os catarinenses, que interpreta o fato como uma invasão e tentativa de tomada pelo estado de Santa Catarina das possessões do Paraná. De Curitiba parte então uma força oficial para debelar os sertanejos e caboclos armados que se assentaram no Irani, liderados pelo Coronel João Gualberto Gomes de Sá. Porém, desta vez, o monge e seus liderados não se retiraram pacificamente, havendo confronto entre os dois grupos, ocasionando diversas mortes, entre elas do próprio monge José Maria e também do comandante das tropas oficiais João Gualberto.

A morte do Coronel e o desmantelamento de uma tropa oficial por caboclos e fanáticos, como foram retratados os seguidores de José Maria pela mídia e pelos governantes, serviu de base para um temor de ocorrer um novo “Canudos”, agora no território em litígio<sup>19</sup>. É a partir daí que irá se desenhar o conflito bélico que ficaria conhecido como Guerra do Contestado, que extrapolaria a questão de limites e colocaria em cena a questão social, religiosa e econômica dos seus participantes, já que os seguidores sobreviventes da Batalha do Irani, junto com outros

---

<sup>18</sup> As trajetórias dos monges, importante para compreender o desenvolvimento da religiosidade local, não será abordada em toda sua complexidade nesta monografia. Dissertações como *O Profeta São João Maria Continua Encantando No Meio do Povo* de Tânia Welter, *Discursos e narrativas da Guerra do Contestado* de Fernando Goss, podem ajudar a compreender melhor a atuação destas figuras na região.

<sup>19</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987. p.303.

crentes da volta do monge morto, voltariam a se reunir, agora em redutos, que seriam perseguidos por forças de polícia e do exército brasileiro.

O primeiro reduto a ser construído após o episódio do Irani foi o de Taquaruçu, nele se reuniram além dos sobreviventes e crentes do monge, opositores dos coronéis locais, desempregados da ferrovia, fazendeiros interessados nas questões de limites, aventureiros, além dos demais pobres que perderam suas terras por intermédio da construção da estrada de ferro<sup>20</sup>. Neste reduto, embutidos do ideal de que o monge voltaria acompanhado do “exército encantado de São Sebastião”, criou-se um clima de exaltação místico-religiosa, que iria caracterizar o espaço como um entrave de fanáticos monarquistas para as autoridades governamentais. Assim, em 13 de dezembro de 1913 as primeiras forças de segurança do estado de Santa Catarina atacam o reduto, entretanto foram derrotados e obrigado a bater em retirada, organizando novo ataque em 8 de fevereiro de 1914. Com forte artilharia, os soldados do governo incendiaram boa parte da aldeia matando centenas de mulheres, homens e crianças, obrigando os sobreviventes a fugirem do local<sup>21</sup>.

Depois do massacre sofrido em Taquaruçu, os rebeldes e fiéis começam a expandir suas ações e criar as chamadas “Cidades Santas” ou para o lado oposto envolvido, o governo, redutos de fanáticos. Dentre estas cidades se destacam Caraguatá, Bom Sossego, São Pedro, e Santa Maria, sendo está última a maior delas, com população estimada em 25 mil pessoas. A partir disso, as reivindicações dos rebeldes passam as ser as mais variadas, como o direito a posse da terra, o fim da exploração da companhia estrangeira, a punição do massacre contra suas mulheres e crianças, entre outros. Soma-se a isso, que o modo de vida adotado nestas cidades se baseava em um modelo de comunidade, pautada na solidariedade entre seus pares, com uma economia voltada a subsistência e um forte laço de pertencimento devido a suas crenças religiosas. Os rebeldes passaram também a atacar as grandes fazendas da região, em busca do gado para se alimentar, ameaçando a posse dos fazendeiros.

O tamanho das cidades, as crenças dos caboclos e a forma como viviam, começa a preocupar o governo central, e também a imprensa nacional, que como já dito anteriormente temia “um Canudos” em Santa Catarina. Neste cenário, o exército brasileiro passa a se

---

<sup>20</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os Sertões Catarinenses: Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2001.

<sup>21</sup> SALOMÃO, Eduardo Rizzatti. **A Guerra de São Sebastião: reflexões sobre o messianismo-régio no movimento social do Contestado (1912-1916)**. Em Tempo de Histórias - Publicação do Programa de PósGraduação em História da Universidade de Brasília - PPG-HIS, n. 15, Brasília, jul./dez. 2009. p.13.

modernizar, lembramos que neste mesmo período de tempo se passava no continente Europeu a Primeira Guerra Mundial, no qual o Brasil teve pouca participação, mas que influenciou na nova roupagem que se queria dar aos militares, acusados na época de serem despreparados e desorganizados. Desta forma, o governo passa a investir grandes vultos na modernização da instituição e usa o Contestado como território para usar todo seu novo poderio bélico contra os caboclos<sup>22</sup>.

Os conflitos foram sangrentos e duraram até início de 1916, quando o último líder caboclo foi preso, Adeodato. No fim milhares de homens, mulheres e crianças haviam sido dizimados, o exército que pela primeira vez havia usado aviação em conflito, dispendeu grandes recursos para manter o *status quo* dos coronéis locais e assegurar o poder do Estado e os interesses capitalistas sobre a região. Aos sobreviventes coube a dispersão pelas matas da região e ainda a continuidade da violência por parte agora dos jagunços das grandes fazendas, que apesar do fim oficial do conflito, continuaram a perseguir os caboclos da região.

Para entender a Guerra do Contestado e seus posteriores desdobramentos para a colonização do território, é preciso ter claro que o conflito se constituiu na tentativa das diversas esferas governamentais em impedir que esses caboclos ou sertanejos, espoliados dos seus diversos direitos, se reunissem e passassem a ameaçar a hegemonia do poder do Estado na região, como expões o professor da Universidade do Contestado e Doutor em História Nilson Thomé:

Foi o momento da ruptura, forçada pelo imperialismo, que decidiu limpar o espaço pela extinção do homem do contestado e mudar a forma de ocupação do território, adicionando a nova ordem, capitalista, pela introdução com força de novo elemento, o imigrante<sup>23</sup>.

Desta forma, a Guerra do Contestado foi evento singular para se entender o processo de colonização da região, já que a intensa perseguição aos caboclos abriu caminho para que as terras fossem ocupadas pelos migrantes. Em 20 de outubro de 1916 após o fim da conflagração do conflito, os governos de Paraná e Santa Catarina assinam no Rio de Janeiro o acordo de limites entre os dois estados, e em 1917 cria-se a partir do território sob a jurisdição catarinense

---

<sup>22</sup> RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os Sertões Catarinenses: Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado**. 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós Graduação em História, Florianópolis, 2001.

<sup>23</sup> THOMÉ, Nilson. **O Contestado no Processo de Colonização do Oeste Catarinense: Causa ou Consequência?** In TEDESCO, João Carlos. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009. p. 52.

quatro municípios, Chapecó, Cruzeiro, Mafra e Porto União<sup>24</sup>. Posterior a definição, e depois que o homem caboclo, que se assentava sobre esse território fora dizimado e imbricado esparsamente pela floresta, que as primeiras famílias migrantes vieram a tomar seus postos como grandes desbravadores do nosso objeto de estudo, o Oeste Catarinense, ou também conhecido como o “Velho Chapecó”<sup>25</sup>.

### **2.3 O contexto inicial da colonização (companhias colonizadoras).**

Terminada a Guerra do Contestado e, Santa Catarina ficando com 28 mil dos 48 mil quilômetros quadrados da área em litígio, se tem início a o primeiro fluxo de migrantes, que viria a colonizar a região. Aqui destaco que o sentido de se trazer esses migrantes - descendentes de alemães, italianos e poloneses, fato que será melhor caracterizado na sequência da monografia – não é de apenas ocupar um espaço considerado vazio demográfico, mas sim é um complexo que imbrica vários significados. Dentre esses significados o processo de apropriação e utilização da terra são centrais, como explicita Alfredo Bosi, “as migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terra, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores”<sup>26</sup>. Esta característica, buscada através do colonizador, de transformar a natureza, em consequência a terra e os bens por meio dela produzidos, em prol de uma maior apropriação de capitais, vai ao encontro dos ideais de trabalho e progresso, que angariam força no período no Brasil.

Neste sentido, a terra começa a ser destinada aos colonos, através da atuação das companhias colonizadoras. Para entender esse processo evoco o contrato firmado em 1922 entre o governo catarinense e a *Brazil Development e Colonization*, subsidiária da *Brazil Railway Company*, responsável pela estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, no qual a companhia se responsabilizava a colonizar as terras do Oeste Catarinense num prazo de 15 anos. Porém em 1924 o contrato é modificado, e a partir daí a responsabilidade da empresa é delegada para inúmeras outras empresas colonizadoras, que já atuam ou vão atuar em diversas áreas do

---

<sup>24</sup> VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: A Instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)**. Porto Alegre: PUC-RS, 2009. p. 55.

<sup>25</sup> Pela denominação “Velho Chapecó” entende-se a designação popular feita para caracterizar o espaço ocupado pelo município de Chapecó desde sua criação em 1917 até seu primeiro desmembramento na década de 1950.

<sup>26</sup> BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999. p. 19-20.

oeste<sup>27</sup>. Estas empresas além de trazerem os colonos para povoar a região deveriam abrir estradas para ligar essas áreas ao restante do estado.

É neste contexto que a região será “fatiada” em pequenos e médios lotes de terras, e que uma intensa propaganda feita por estas companhias, nas antigas colônias europeias do Rio Grande do Sul, que já se encontravam em situação de esgotamento, atrairá para ela os descendentes desses imigrantes de primeira leva, vindos diretamente da Europa. Soma-se a isso, que a grande maioria das companhias que atuaram nesta região tinham como donos ou sócios descentes diretos de alemães, italianos e poloneses, o que favoreceu na negociação e venda destes lotes.

Entre as companhias pioneiras se destacam a Empresa Chapecó-Peperi Limitada, sediada na cidade de Carazinho, formada por um grupo de alemães que colonizou a região que hoje compreende a Mondaí; a Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, mais tarde conhecida como Empresa Colonizadora Ernesto F. Bertaso, tendo sua primeira sede em Passo Fundo e depois transferindo-a para Chapecó, que colonizou a sede do município e seus arredores; a Empresa Colonizadora Luce, Rosa e Cia, também sediada no Rio Grande do Sul, que colonizou a região que hoje compreende Concórdia e Joaçaba; a Empresa Construtora e Colonizadora Oeste Catarinense Limitada, mais tarde conhecida como Companhia Territorial Sul Brasil, também da cidade de Carazinho, que colonizou a porção mais oeste do território; posso citar também, algumas criadas posteriormente, como a Empresa Irmãos Lunardi, Angelo di Carli, Irmão e Cia, dentre outras, que foram sendo criadas conforme se intensificava o fluxo migratório<sup>28</sup>.

A primeira etapa do processo de colonização consistia em angariar colonos com o objetivo de levá-los as terras do Oeste. Para tal as companhias utilizavam de meios de propagandas, levadas a cabo por agentes que circulavam entre as principais colônias no Rio Grande do Sul, pela imprensa escrita, e também pelos próprios proprietários das companhias<sup>29</sup>, no caso analisaremos aqui o exemplo do Coronel Ernesto Bertaso. Como trata Bellani ao analisar as cartas do colonizador a seus futuros ou potenciais clientes:

---

<sup>27</sup> CHITOLINA, Valdirene. **A Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e a Fazenda Rodeio Bonito no Oeste Catarinense**. In TEDESCO, João Carlos. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Erechim: Habis, 2009. p. 107.

<sup>28</sup> NODARI, Eunice Sueli. **Persuadir Para Migrar: a atuação das companhias colonizadoras**. Esboços, revista do programa de pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis. v.10. n. 10. p. 29-51. 2002. p. 35. <sup>29</sup> Ibidem, p. 37.

Com relação à atividade empresarial encetada por Ernesto Francisco Bertaso, na região estudada, avista-se, nas suas correspondências, aos futuros compradores de terra, a propaganda que fazia, analisando sempre as condições e qualidade das terras desta região para o desenvolvimento de culturas e, principalmente, sempre descrevendo as portentosas riquezas dos recursos naturais nelas existentes.<sup>29</sup>

Como destaca a autora, o colonizador utilizava das expressões relativas a potência de exploração dos meios naturais da região para alavancar as perspectivas de sucesso dos migrantes. Tal público, alvo das propagandas, se encontravam nessa época em uma situação de dificuldade, devido ao esgotamento das colônias em que haviam se assentado na primeira leva de imigrantes vindos da Europa. Neste quesito as memórias dos colonos e dos filhos dos colonos, constitui importância intrínseca para se compreender como arquétipo da colonização envolveu esses membros em seu intuito de lucrar e em consequência colonizar as terras. Para ilustrar tal fato utilizo da entrevista de Miguel Camargo, ao ser questionado da motivação da migração de sua família, que residia então em Passo Fundo no Rio Grande do Sul, na década de 1930:

Porque lá não tinha terra, trabaiava assim de empreitada, peão, e daí como contei anteriormente o Alemão também não tinha e o pai dela tinha um pedacinho, mas era tera fraca, então nós tivemo a ideia de vir pra cá que as tera eram mais forte, era mais nova, aquela era tera véia já, de muitos anos trabaiado, por isso que viemo pra cá, foi o causo.<sup>30</sup>

A esperança de em uma nova terra prosperar pelo trabalho fica latente na fala transcrita do migrante, fator esse que será muito bem explorado pelas companhias. A questão do trabalho ligada ao migrante é um fator preponderante para se compreender os ideais da colonização processados a época. Desta forma, a exaltação da figura do colono como o ser que trabalha e chega a nova terra, agora limpa dos caboclos, será intensamente difundida.

---

<sup>29</sup> BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917/1950)**. 1991. 190 p. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.1991. p.73.

<sup>30</sup> CAMARGO, Manuel. **Programa 21.2: Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da UHE Foz do Chapecó**. 2009. Entrevista concedida a Lucas Antonio Franceschi, Mateus Spada Zatt e André Luiz Onghero. Arquivos do CEOM. A transcrição da entrevista, no referido projeto, foi mantida nos termos empregados pelos entrevistados.

Figura n. 02: Emblema utilizado pela Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia.



Fonte: Arquivo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Na imagem o colono aparece só, munido com uma espécie de arado individual, cercado pela natureza ainda selvagem, mas que aos poucos vai sendo modificada e explorada pela força de trabalho do novo homem que agora nela se instala, e logo os louros do seu trabalho vão se delineando, dando a perspectiva dos grandes potenciais que a nova terra pode angariar para quem dela tire o máximo de proveito. É neste contexto, e com este pressuposto, que o migrante ítalo-germânico será cooptado para as terras do Oeste Catarinense.

Deste modo, o modelo inicial de colonização das terras do Oeste Catarinense se dará pelos preceitos de ocupação imediata da terra, para a maior exploração dela, e ligado a isso a inserção na região dos elementos compactuados com os ideais de trabalho e progresso. Assim o processo que deu gênese a colonização do Velho Chapecó explicitou o caráter particular, elitista e racista que moldou o complexo colonizador instalado na região.

### 3 O OESTE EM MARCHA

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial.<sup>31</sup>

Getúlio Vargas ao discursar sobre o projeto de Marcha para Oeste, deflagrado logo após a instauração de um regime ditatorial por ele encabeçado, explicita a tônica dada ao movimento que propunha a reincorporação do espírito bandeirante, rumo a desbravar os sertões do país, e alinhá-los a lógica moderna de progresso e constituição da nacionalidade brasileira. No discurso, Vargas expõe elementos que serão necessários para engendrar uma nova nação, agora pactuada pelos elementos do progresso representado pela indústria, rompendo com as barreiras que travam o desenvolvimento e principalmente a instauração da brasilidade. Além disso, convoca a marcha todos os brasileiros que encarnem esse espírito, o que subjaz a ausência até então desses elementos no Oeste, que precisa ser envolto pela nação que anseia as benesses que essa “terra afastada” tem a oferecer. Desta forma, ao evocar o passado, e os atores que nele calcaram os marcos da nação, Vargas proclama um novo imperialismo interno, que agora precisa levar o desenvolvimento econômico a esses marcos.<sup>33</sup>

Ao evocar o movimento da nação rumo a superar os quistos que impediam seu total progresso, o projeto estado novista de marcha propunha edificar uma ideia de nação, que até a época, final da década de 1930, não se tinha concretizado. Não que tentativas não houvessem sido feitas desde que a independência fora proclamada, porém, a diversidade de *éthos* que se formaram sob o solo denominado Brasil, inculcado por antagonismos diversos, num espaço continental, simplesmente não concretizara esta ideia de nação proeminentemente moderna.

A concepção que se formou de nação, após o período de revoluções burguesas na Europa, passa a atrelar o âmbito político, principalmente em seus aspectos de unidade e centralidade do Estado. Eric Hobsbawm, ao analisar, principalmente através dos vocábulos, o significado do termo nação e sua evolução no decorrer da história do continente europeu, mostra a transformação do conceito, visto que, no decorrer dos séculos XVI a XVIII, o sentido de

---

<sup>31</sup> VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938. p.124. <sup>33</sup> LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo, Papyrus, 1986. p. 56.



nação se imbricava em um conjunto de valores, costumes e leis, que não necessariamente se ligava a unidade territorial e política, assim, nos “primórdios” da concepção do termo, a nação era algo muito mais próximo a um sentimento de pertencimento, composto por elementos que aproximavam determinado grupo de pessoas. Porém, segundo Hobsbawm:

Qualquer que seja o significado próprio e original do termo nação, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além no assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de nação é historicamente muito recente. De fato, outro monumento linguístico, o *New English Dictionary*, já sublinhava isso ao indicar, em 1908, que o velho significado da palavra contemplava principalmente a unidade étnica, embora seu uso recente indicasse mais a noção de independência e unidade política.<sup>32</sup>

Neste cenário, o sentido moderno do termo nação passa a configurar com elementos inerentes a centralidade de Estado e as preposições políticas, tendo os contornos do território como as balizas na qual a nação emergirá. Desta forma, as questões do Estado e do nacionalismo são centrais para se compreender o fomento da nação, pois ainda segundo Hobsbawm, é a unidade política do Estado e o sentimento de dever político de um povo, ou seja, o nacionalismo, representado pelo reconhecimento dos indivíduos de pertencimento e deveres para com uma determinada unidade política, que calcará bases para o cimento da nação. Em outras palavras, a nação é criada pela centralização de instituições políticas e pelo sentimento de obrigação dos indivíduos para com essa centralização, como traz Hobsbawm ao citar Pilsudski “É o Estado que faz a nação e não a nação que faz o Estado”.<sup>33</sup>

Desta forma, segundo Marilena Chaui, ao analisar o conceito de nação explicitado pelo autor inglês, denota três etapas:

De 1830 a 1880, fala-se em “princípio da nacionalidade”; de 1880 a 1918, fala-se em “ideia nacional”; e de 1918 aos a nos 1950-60, fala-se em “questão nacional”. Nessa periodização, a primeira etapa vincula nação e território, a segunda a articula à língua, à religião e à raça, e a terceira enfatiza a consciência nacional, definida por um conjunto de lealdades políticas. Na primeira etapa, o discurso da nacionalidade provém da economia política liberal; na segunda, dos intelectuais pequeno burgueses, particularmente alemães e italianos, e, na terceira, emanam principalmente dos partidos políticos e do Estado.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990. p. 30.

<sup>33</sup> HOBBSAWM, Eric. *Ibidem*. p. 56.

<sup>34</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p.11

Assim, após o surgimento do Estado moderno, tem-se as delimitações e conquistas de fronteiras, com a cooptação da população para a tutela do poder estatal, unificada através do processo de expansão e evolução da nação, ou seja, o progresso. Em sequência a esse processo, forja-se uma religião cívica, o patriotismo, que se converte no nacionalismo, como meio de provocar o consenso das diversas classes dentro do Estado-Nação. Já na fase da “questão nacional”, período de exarcebação de conflitos internacionais e ideologias conflitantes, tem-se a formação do nacionalismo militante, propagado através da expansão do rádio, como meio de levar a massa populacional os elementos que a inserissem na defesa de sua nação.<sup>35</sup>

Nesta perspectiva, o Estado passa também a criar mecanismos para que o sentimento de identificação e pertencimento dos indivíduos seja deflagrado, exemplos como padronizar uma língua, e tornar seu ensino respeitando restritamente seu aspecto formal, instituir símbolos como bandeiras e brasões que remetam a essa nação, eleger elementos que serão a vanguarda da cultura, estimular determinados preceitos morais que levarão o bastião da tradição da nação. Assim, o Estado busca forjar a nação e a sua identidade. No caso brasileiro, ao ser fortemente influenciado pelas doutrinas das revoluções liberais europeias e pelas ideologias que circulavam por aquele continente, buscou-se criar também aqui uma nação, unificada não só por uma unidade política, mas também por uma cultura propriamente brasileira, fator esse encabeçado pela intelectualidade nacional.

É com esse espírito de exacerbação nacionalista e unificação da nação, que a ditadura do Estado Novo varguista, realizará sua marcha rumo aos espaços ainda “fracamente” incorporados a brasilidade. Assim sendo, neste capítulo abordarei o contexto político imbricado na consolidação da ditadura Vargas e seus desdobramentos para a consolidação do arquétipo de conquista do sertão brasileiro. Além disso, analisarei as ações e discursos que circundavam a Marcha para Oeste, com as suas ressonâncias no processo de colonização do Oeste Catarinense, junto das percepções das elites políticas e sociais do município de Chapecó.

Partindo do pressuposto, que a nação em marcha incorporará os espaços considerados o sertão da nação para junto da civilidade e brasilidade vivida pelos centros urbanos, o Oeste Catarinense será “convocado a marchar” também. Para tal, nele serão inculcados os elementos fecundos do progresso e da civilização, responsáveis por fazer desta região um bastião da brasilidade. A partir disso, proponho neste capítulo observar os mecanismos dos poderes

---

<sup>35</sup> CHAUI, Marilena. *Ibidem*. p. 12-13.

centrais e locais, para arregimentar os elementos responsáveis pela colonização a esse projeto nacionalizador.

### 3.1 Vargas e o Estado Novo

Nas primeiras décadas do século XX o Brasil viveu, politicamente sob a égide de um sistema pautado pelas relações coronelistas, onde a oligarquia, de alguns estados com peso econômico, ditava os rumos da condução do país. Tal cenário, proveniente da estrutura agrária formada principalmente pela exploração do sistema econômico cafeeiro, fora tachado pela historiografia de República Velha. A expressão “Velha” remonta um conceito que encarna algo que já foi ou está a um passo de ser superado por algo novo, que expresse elementos que suplantem uma estrutura já desgastada, em desuso. Esta nova estrutura, assim concebida por seus próprios idealizadores, e reproduzida pela historiografia brasileira, se intitulou Estado Novo.

Para entender esse novo sistema político e social implantado no país a partir de 1937, temos que entender os fatos deflagrados no ano de 1930, o ano da “Revolução de 30”. Esse termo também merece ser problematizado, pois, segundo o dicionário de conceitos históricos “Somente com a Revolução Francesa o termo ganhou o significado que tem hoje: o de uma mudança estrutural, convulsiva e insurrecional”<sup>36</sup>. Porém, o que se conflagrou com o movimento de 1930 passou longe de uma mudança estrutural nas bases sociais e políticas vigentes, muito pelo contrário, as velhas elites brasileiras continuaram a frente dos postos de poder, agora apenas com uma nova roupagem.

As mudanças no cenário político começam com a negação do então presidente Washington Luís em apoiar o candidato mineiro a presidência, mantendo apoio no candidato paulista Júlio Prestes, rompendo com o acordo entre São Paulo e Minas Gerais, que se intercalavam nos postos de comando do executivo até então. Os mineiros, insatisfeitos com a quebra do pacto político, se rearticulam com a oligarquia sul-rio-grandense, representada pelo então presidente da província Getúlio Vargas, e com a oligarquia paraibana, na figura de João Pessoa, para fazer frente aos paulistas, lançando a candidatura de Vargas junto com Pessoa na vice-presidência. Desta forma, a oposição a tentativa de perpetuação paulista no comando do

---

<sup>36</sup> SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009. p.362.

executivo, buscou congregar todas as formas de dissidência unidas sob a bandeira de uma nova aliança, a Aliança Liberal, que segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling:

[...] designava a articulação das forças dissidentes, mas apontava também para um ideário político. A coalizão oposicionista utilizava o termo “Liberal” para sublinhar a pretensão de introduzir na vida pública nacional um modo novo de pensar o Brasil, intimamente associado à emergência de um programa de modernização do país. “Liberal”, no caso, exprimia um impulso para a indústria, trazia à tona o tema da incorporação de novos setores sociais na vida republicana e indicava a disposição desse grupo, uma vez no poder, de enfrentar a problemática dos direitos sociais.<sup>37</sup>

A Aliança Liberal buscou construir um projeto para o país distinto daquele praticado pela política dos governadores, na qual o peso da economia agroexportadora cafeeira era inflexível. Era essencialmente composta, pelos grupos oligárquicos não alinhados a cultura do café e que almejavam maior destaque em âmbito nacional, buscando sensibilizar a classe média urbana para um projeto que diversificasse o país economicamente. Para tal, se aliou inclusive a revoltosos que já questionavam a velha ordem de antemão, como os tenentes, inquietos politicamente, e com uma visão idealista do futuro do país, atrelado as camadas urbanas. Porém, a influência de quem comandava a “máquina do estado” nas eleições foi direta, neste caso o candidato paulista, Júlio Prestes, sai vencedor do pleito, enterrando a possibilidade de uma conquista democrática do poder pelos liberais. Apesar do resultado e do próprio Getúlio ter aceitado a derrota, alguns líderes mais exaltados da aliança junto com jovens tenentes, estavam dispostos a levar pelas armas a concretização do projeto modernizador do Brasil. O estopim que incendiou e deu justificativa para o levante armado foi o assassinato de João Pessoa na Paraíba, episódio que envolveu mais razões pessoais que públicas, porém serviu para tornar Pessoa uma espécie de mártir da “revolução”.<sup>38</sup>

Neste cenário, o levante se torna vitorioso e Washington Luís é deposto na capital Rio de Janeiro em 24 de outubro de 1930 pelos generais das forças armadas. Getúlio chega do sul do país com mais de três mil soldados, está instaurado um novo governo. No poder, o político gaúcho enfrenta agora um novo desafio, congregar as reivindicações das variadas forças que o levaram a chefia da nação, de um lado, a corrente dos liberais, que ansiava a consolidação de um Estado liberal, com maior autonomia para os estados que compunham a federação, de outro

---

<sup>37</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p.295.

<sup>38</sup> FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1995. p. 323.

uma corrente nacionalista, insuflada pelos militares que apoiaram o movimento, e que pregavam um regime forte e centralizador, para proteger as riquezas do país e reformar o Estado para manter a soberania frente aos núcleos fundamentais da economia. Aliás, os tenentes passariam a exercer forte influência no governo Vargas, assumindo posto de comando por todo o país, após o governo adotar o sistema de interventores nos estados e centralizar as decisões no Catete.<sup>39</sup>

Com o viés adotado pelo governo central, de minar com a autonomia nos estados e iniciar reformas que visavam o rompimento com as oligarquias tradicionais, as dissidências foram inúmeras, a começar pelo estado de São Paulo, com importante peso econômico, que não aceitava interventores de outras regiões e nem a política centralizadora e autoritária adotada pelo governo. Assim em 1932 a Revolução Constitucionalista é deflagrada, obrigando Vargas a negociar com os paulistas, e mesmo derrotando o levante armado, nomeia um interventor proveniente do estado rebelde para seu comando e convoca a realização de uma Assembleia Constituinte para aplacar os ânimos. Desta forma, em 1934 uma nova Carta Magna é promulgada que segundo Pandolfi:

[...] Atendia aos anseios liberais democráticos presentes no ideário da Revolução de 30. Na realidade ela propunha um modelo de Estado mais liberal e menos centralizador do que desejava Vargas. Embora limitasse a autonomia financeira dos estados, o regime federativo ficava assegurado. Neste sentido, os representantes liberais na Constituinte conseguiram assegurar o predomínio do Legislativo no sistema político e fazer dele um instrumento para inibir o avanço do Executivo<sup>40</sup>.

Além de atender os preceitos liberais, a nova carta delimitou mandato único com prazo de quatro anos para os cargos do executivo, o que significava a saída de Vargas, eleito pelo voto dos constituintes, em 1938, algo que nos planos do político gaúcho e dos militares que o sustentavam, era um ameaça aos preceitos nacionalistas implantado após a vitória no movimento de 30. Assim, imbuído com o ideal de se manter no poder, Vargas forja acusações contra todos que ameacem seu posto, insuflando uma ideia de conspiração comunista, presente no Plano Cohen, documento falso criado pelos integralistas para criminalizar os esquerdistas, e

---

<sup>39</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os Anos 1930: as incertezas do regime. In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.27.

<sup>40</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Ibidem. p.29.

assim criar um cenário de ameaça eminente a soberania nacional e abrir espaço para o golpe de Estado, concretizado em outubro de 1937.

O golpe estabelecia agora um “novo Estado” com o intuito de criar uma nação coesa pautada na valorização da brasilidade e, segundo Clayton Hackenhaar, além de possuir forte inspiração fascista “caracterizou-se como um governo centralizado, autoritário, corporativista, intervencionista, antiliberal, anticomunista, elitista, tecnocrático, voluntarista e, segundo o seu próprio discurso, investido da função de constituir a nacionalidade brasileira”<sup>41</sup>. Neste cenário, o papel do governo central passou a ter um peso extremo, basta lembrar, que logo após a instauração do regime golpista, realizou-se no centro do Rio de Janeiro a queima de todas as bandeiras estaduais, ao som do Hino Nacional, criando a simbologia de uma nação una, marcando a tentativa de enfraquecimento do poder regional e a construção do nacionalismo brasileiro sob a égide do Estado.<sup>42</sup>

Para termos uma visão mais abrangente da doutrina instalada com implantação do Estado Novo, é necessário analisar o contexto mundial, na qual o liberalismo passava por uma grande crise, devido ao assolamento social provocado pela quebra da bolsa em Nova York em 1929, a emergência da Revolução Russa, que desafiava os donos do capital, e os profundos impactos ainda provocados pela primeira grande guerra. Neste sentido, algumas correntes políticas e intelectuais, com a preocupação com a contensão da convulsão social e do controle das massas, propunha um novo modelo de Estado, com capacidade de controle da população e de exercer autoridade suprema frente a conter possíveis rupturas com o *status quo*. Assim triunfará o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha, Salazarismo em Portugal, Franquismo na Espanha e finalmente o Getulismo estado-novista no Brasil. Como trata Maria Helena Capelato:

Apesar de apresentar características próprias, o Estado Novo brasileiro teve inegável inspiração europeia. Um traço comum foi a crítica à liberal democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, encarregado de gerar mudanças necessárias para promover o progresso dentro da ordem.<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. 2014, 236 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis, 2014. p.25.

<sup>42</sup> REIS, Elisa P. ZILBERMAN Regina. **Retratos do Brasil**. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004. p. 119.

<sup>43</sup> CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p.109.

Neste sentido, o governo buscou criar diversos mecanismos para criar nos habitantes deste vasto país, o sentimento de sua nacionalidade, o rádio, o cinema e as diversas expressões artísticas, foram utilizados como meios de angariar o apoio popular, para moldar os sentidos e a consciência coletiva, construindo, desta forma a identificação com o arquétipo da brasilidade. Como explicita Rogério Luiz Souza:

Esse projeto quis imprimir nos sujeitos uma facticidade subjetiva, ou seja, quis criar valores e projetos de vida que deveriam aparecer como realidade única na concretização de uma nova nação e na consciência individual. Ao querer fazer o Brasil renascer das cinzas da República Velha, os representantes e agentes da política estado-novista adotaram estratégias de construção de novos significados e, diante da precariedade notória da nova ordem política, estimularam a ritualização de práticas sociais e a disciplinarização das condutas.<sup>44</sup>

Essa nova simbologia proposta pela o Estado nacional, visava a eliminação dos quistos étnicos presentes ao longo do país, conjecturando um novo paradigma, que agora deveria se atrelar a uma percepção patriota, desvinculada da identificação regional. Desta forma, o Estado Novo, lançou mão de métodos que visavam a criação do consenso em torno do “ser brasileiro”, porém, a tentativa de criar o consenso, quando não mostrava suficiência, dava lugar a coerção, que ao longo do regime imposto pela elite estado novista, se apresentou por meio das mais obscuras práticas de censura (criação do departamento de imprensa e propaganda, DIP), tortura, perseguição e morte de opositores.

Instaurado a ditadura, os partidos políticos foram abolidos, e nos estados a política dos interventores mantida. Em Santa Catarina, com a vitória do movimento de 30, houve a substituição da oligarquia dominante durante o período da política dos governadores, os Konder que na eleição presidencial apoiaram Júlio Prestes perderam seus postos no comando executivo para a oligarquia Ramos, fiel a Vargas durante o processo. Aqui é possível perceber como os movimentos políticos no Brasil se pautam muito mais por relações de compadrio e alianças forjadas por interesses as vezes não muito claros, pois apesar do movimento de 30 e do golpe do Estado Novo pregar a modernização do país através da industrialização e da urbanização, a

---

<sup>44</sup> SOUZA, Rogério Luiz. **A arte de disciplinar os sentidos o uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945)**. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 57 abr.-jun. 2014. p. 401. <sup>47</sup> HACKENHAAR, Clayton. Ibidem. p. 52.

Oligarquia Ramos, levada ao poder por esse movimento, representava justamente o contrário, ou seja, os interesses agrário-exportadores do planalto catarinense<sup>47</sup>.

Desta forma, com a implantação do Estado Novo também em Santa Catarina, a Oligarquia Ramos se consolida no poder, com Nereu Ramos assumindo o posto de interventor federal pelos anos subsequentes em que perdurará o regime. Em Chapecó também haverá conflito entre os grupos políticos que se destacaram na região, estes diretamente ligados aos fluxos de colonização e a exploração agrária. Fato preponderante a ser citado é a constante mudança da sede do município, ora instalada em Xanxerê, ora no Passo Borman, destacando como os grupos políticos ascendiam ou sucumbiam dos postos de poder a depender das forças que dominavam o poder estadual. Após o movimento de 30 e principalmente após a concretização do Estado Novo, os elementos tradicionais de mando local serão neutralizados pelo meio da introdução dos interventores, que aplacam as disputas em torno da sede do município instalando a mesma em território “neutro”, o denominado Passo dos Índios, atual Chapecó, onde a colonizadora Bertaso também instalará sua sede<sup>45</sup>.

Após a consolidação da sede do município no Passo dos Índios, se formou em torno da colonizadora Bertaso um novo núcleo político, aqui é importante analisarmos, como apesar dos administradores do município serem todos nomeados no período ditatorial, sendo trocados constantemente, é em torno da família que controlava os núcleos de colonização que se deu a construção de uma elite chapecoense que exerceu influência sobre os desígnios da cidade. É nesse sentido, que essa elite idealizou um modelo novo para a formação de uma Chapecó moderna e pactuada com os princípios do progresso. Para expressar seus anseios essa elite, estruturada a partir da figura do colonizador, criou então um periódico, denominado *A Voz de Chapecó*, que entrou em circulação em maio de 1939. Segundo Francimar da Silva Petrolí:

A fundação de *A Voz de Chapecó* é o próprio resultado do desejo do colonizador de construir o progresso. Havia um interesse em romper com o passado, este estava ainda muito vivo no presente, por Chapecó ter ainda, no final dos anos 1930, o aspecto de vila; o interesse, o desejo, era transformar a realidade.<sup>46</sup>

---

<sup>45</sup> HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local - 1945 a 1965**. 1993. 373 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1993. p. 80.

<sup>46</sup> PETROLI, Francimar Silva. **Um Desejo de Cidade, Um Desejo de Modernidade (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de filosofia e ciências humanas programa de pós graduação em história, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. p. 74.



Para tal o jornal se alinhou com as preposições que emanavam do poder central do país, que se preocupava com a questão de nacionalizar as fronteiras e também as populações colonas que se assentavam nas terras do Oeste. É possível perceber logo no editorial de lançamento do periódico as principais ideias dos dirigentes da publicação:

Nossas ideias sobre nacionalização, o que é hoje um dos principais problemas do país, e a que nos dedicaremos, especialmente dos meios coloniais, que permanecem em plena florescência da influência estrangeira, repousam na compreensão de que nossa ação deve ser persuasiva, norteadas no espírito da harmonia, amizade e justiça e não no desejo de vinganças ou represálias agressivas.<sup>47</sup>

Aqui, é possível denotar a preocupação da elite controladora do jornal com o perigo inerente da porção fronteira do território oeste que, segundo sua percepção, estava sob a influência de elementos estrangeiros, o que colocava em xeque a soberania brasileira no local. Tal percepção não era novidade, basta lembrar que desde a viagem do governador Konder em 1929, a principal noção feita do Oeste Catarinense pelo mandatário era de um local que necessitava urgentemente da intervenção dos governos frente a garantir a nacionalização desses territórios. A Bandeira Konder, como ficou conhecida a viagem, representou essa incongruência de nacionalizar uma região com colonos descendentes principalmente de europeus, porém, na perspectiva adotada por esses dirigentes, os filhos e filhas dos colonos ítalo e germânicos, eram o que carregavam consigo o bastião da tradição do trabalho e do progresso, sendo comparados até mesmo com abelhas em um apiário, trabalhando incessantemente para a construção de suas colônias. Neste viés, é que os “patrícios chapecoenses”, detentores agora de um veículo de comunicação que logo se espalharia pela região, também buscariam enquadrar suas colônias e colonos na direção do nacionalismo, no qual suas etnias, costumes e dialetos deveriam ser renegociados em prol do objetivo de se construir no Oeste uma sociedade nas balizas do regime estado novista e que também se atrelasse aos interesses econômicos da elite controladora.

É assim que o Estado Novo irá se consolidar no país, no estado e também na cidade de Chapecó, buscando criar um novo paradigma e instaurar novos conceitos de Brasil e brasilidade. A partir disso, projetos foram lançados visando engajar todo o país nesse grande

---

<sup>47</sup> A Voz de Chapecó, editorial, 12 de junho de 1939. Arquivos do CEOM. Todas as citações feitas desta fonte, serão transcritas em grafia atual.

arquétipo de nação, um deles, o de Marcha Para Oeste, propôs desbravar o sertão do país e dele tirar a máxima vitalidade, com propósitos econômicos, sociais e culturais, a marcha propôs uma nova visão para o interior do país, o qual veremos a seguir.

### 3.2 A ideia e o discurso de Marcha Para Oeste.

Na edição de 25 de junho de 1939 o periódico *A Voz de Chapecó* trazia em sua capa, entre um editorial sobre as constituições brasileiras e dicas de higiene em espaços urbanos, uma emblemática frase como título: “Marchem Cá Para Oeste”. Tal matéria exaltava o mais novo projeto nacional, que havia empolgado os patrícios chapecoenses frente as possibilidades que poderiam ser angariadas com ele. Dizia a matéria:

Foi com verdadeira satisfação que Chapecó ouviu o benemérito presidente Getúlio Vargas reafirmar que o verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha Para Oeste, porque esta marcha muito interessa a Chapecó. Interessa porque ela significa a abertura de novas estradas, remodelação das antigas, conservação das transitáveis, e como consequência, restabelecimento das linhas regulares de comunicação e facilidades de transportes, o que acarretará um forte incremento ao intercâmbio comercial e social, aos quais arrastam consigo o progresso, a civilização e o adiantamento em geral.<sup>48</sup>

Tal matéria, explicita a expectativa da elite política e econômica da cidade com as possíveis benesses que o arquétipo estado novista de Marcha Para Oeste traria ao município de Chapecó, principalmente no que se trata da infraestrutura da localidade e na possibilidade de desenvolver os meios de fluxos de pessoas e mercadorias, ligando para tal, principalmente a sede do município as regiões mais progressistas do estado e também do país. Para tal, o Oeste até então bravio e selvagem, na visão do periódico, necessita da intervenção direta do governo para abrir caminhos frente à civilização e o progresso, deixando para trás sua pecha de sertão e tornando-se capaz de incorporar o novo espírito nacional, do nacionalismo e do bandeirantismo.

Essa ideia buscava trazer a cidade novos investimentos e também novos elementos sociais, expressos principalmente na percepção de incremento social que a matéria deixa claro. Esse incremento que o periódico busca, são de elementos que aporquem na localidade trazendo consigo o “germe” da civilidade e do trabalho que angarie o progresso, que possam romper com

---

<sup>48</sup> A Voz de Chapecó, editorial, 25 de junho de 1939. Arquivos do CEOM.

passado no qual aqui habitavam pessoas perniciosas, não compactuadas com o ideal desenvolvimentista pregado pelos colonos que aportaram no oeste. Neste cenário, os fluxos de ligação se mostram de suma importância para desenvolver a localidade, como vemos na figura 03, onde é possível ver o centro do município no início da década de 1940, que começa a despontar através da construção de largas vias de acesso.

Figura n. 03: Vista da sede de Chapecó em 1940, atual avenida Getúlio Vargas.



Fonte: Arquivos do CEOM.

Na imagem vemos focalizada a preocupação em se construir um centro que canalizasse os anseios da elite chapecoense em tornar a cidade um polo econômico e social, uma cidade que rompesse sua condição de sertão bravo e selvagem através de suas vias que poderiam ligar Chapecó aos polos civilizados do país. É neste sentido que podemos observar como se construiu a ideia e o discurso de Marcha Para Oeste, um projeto que propunha a ocupação dos “vazios demográficos” do Brasil, reincorporando o bandeirantismo colonial frente a criar uma nação forte e em expansão. Para tal o governo de Vargas recorreu a figura de intelectuais como

Cassiano Ricardo e Francisco Campos para criar a imagem da nação em marcha, como trata Coelho:

Como já é sabido, durante as primeiras décadas do século XX observa-se uma preocupação por parte dos intelectuais em descrever o ponto zero da história do país, do evento histórico original que fez nascer a nação. No meio intelectual paulista, dentre eles Cassiano Ricardo, as Bandeiras começam a ser trabalhadas simbolicamente para ocuparem o posto como mito fundador da Nação. Tendo como feito heroico – o movimento de expansão territorial, de ocupação do “vazio” que teve lugar no período colonial – Bandeira e bandeirante, assim como sertão e sertanejo, são apropriados como componentes do imaginário nacional em um momento de criação e afirmação de uma identidade coletiva.<sup>49</sup>

A partir da construção do imaginário de uma nação que se edificará sob a égide do progressismo, o sentimento de brasilidade terá de ser aflorado em todos os cantos do país, e em particular, nas novas frentes de colonização, que contavam com uma gama expressiva de descendentes de imigrantes europeus. Nestes núcleos a preocupação do governo será central, com o intuito de garantir a posse do território por elementos compactuados com o sentimento de brasilidade e, desta forma, assegurar o domínio brasileiro sobre áreas consideradas sob perigo estrangeiro. Neste contexto, a criação do sentimento do ser brasileiro e de pertencer a uma nação una e coesa será primordial para o deslanchar da marcha proposta pela ditadura estado-novista, como podemos ver nos discursos do presidente Getúlio Vargas, em especial um realizado na cidade de Blumenau em março de 1940, no qual o mandatário expressa o cerne do sentimento de brasilidade que busca edificar:

Ser brasileiro é amar o Brasil. E' possuir o sentimento que permite dizer: "O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos o nosso sangue". (Aplausos.) E' cultivar o sentimento de brasilidade, pela dedicação, pelo afeto, pelo desejo de concorrer para a realização da grande obra, na qual todos somos chamados a colaborar, porque só assim poderemos contribuir, na marcha ascensional da prosperidade e da grandeza da Pátria. (Muito bem! Aplausos).<sup>50</sup>

No discurso, em um núcleo formado majoritariamente por descendentes germânicos, o líder do estado Novo busca enquadrar seus ouvintes no mais propenso caráter da Marcha Para Oeste, o de construir o sentimento brasileiro em todos os habitantes do território nacional e a

---

<sup>49</sup> COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática**. 2010. 220 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. Goiânia. 2010. p. 69.

<sup>50</sup> VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Vol. VIII. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1951. p. 198

partir disso, dirimir os quistos étnicos e trilhar no sertão do país o caminho do progresso, reiterando que todos devem a pátria brasileira as benesses do seu sustento, e, portanto, devem seu sangue, transformado em seu trabalho e fidelidade a nação.

Para sustentar essa proposta e criar as bases do discurso e da concretização ideológica do projeto de marcha, Vargas conta com o auxílio dos ideólogos estado-novistas, dentre eles destaca-se Cassiano Ricardo, autor da obra *Marcha Para Oeste*. Ricardo buscava através dos seus escritos valorizar os elementos nacionais e criar o elo entre as ações do governo central e o povo. Em sua obra segundo Eliane Manso Pereira:

Foi recriada, numa reconstrução seletiva do passado, a história do Brasil tendo o bandeirante como eixo da narrativa e a sua tradição inventada como forjadora da história do Brasil. O autor promoveu a valorização positiva do bandeirantismo como uma forma de democracia primeira sugerindo uma relação justa e afetuosa entre líderes e liderados e, por isso, geradora da democracia social que foi herdada por Getúlio Vargas.<sup>51</sup>

Neste cenário, Ricardo busca reincorporar o mito bandeirante agora com a finalidade de engendrar bases afetivas entre a população e o projeto de Marcha, auferindo assim uma imagem do bandeirante como o forte desbravador, que estabeleceu as bases primeiras da nação e que agora ressurgiu no espírito de unir a dualidade da pátria, o litoral materializado e progressista e o sertão ainda bravio, porém, puro e ansioso pelos louros do progresso. Tal espírito do bandeirantismo seria incorporado a ideia da nação em movimento propagado pela marcha, juntos os dois construiriam uma nova nação moderna e poderosa.

Assim, a imagem criada por Ricardo em suas obras, compactuava com o regime político na ótica de criar entre os brasileiros a unidade necessária para a concretização do arquétipo de marcha, entretanto, além de almejar aflorar o sentimento de brasilidade entre os habitantes do país a *Marcha Para Oeste* tinha intrínseca a si a questão da segurança nacional através das fronteiras. Desta forma, levar as regiões fronteiriças do país o povoamento, principalmente de elementos compactuados com o programa nacional, era de suma importância, principalmente para minar com a influência estrangeira em território brasileiro.

Essa preocupação com o estrangeirismo no sertão do país também era latente em Chapecó, na edição de 23 de julho de 1939 o periódico *A Voz de Chapecó* traz em seu editorial,

---

<sup>51</sup> PEREIRA, Eliane Manso. *O Estado Novo e a Marcha Para Oeste*. História Revista, 2º ed. p. 113-129. Goiás: Jan de 1997.

com o título “Nacionalização”, uma cobrança as autoridades de foro estadual e federal sobre medidas que deveriam ser tomadas para diminuir a influência estrangeira que domina os meios coloniais na localidade:

Nossa opinião imparcial e despida de paixões é que até a presente data muito pouco se tem feito para sanar o grande mal do estrangeirismo. Digamos claramente, neste município tudo está por se fazer. Os núcleos contaminados por influência estrangeira, estrangeiros continuam em todo o seu existir. Uma população de aproximadamente dez mil almas, que, tal é a que ocupa a zona compreendida entre os rios Chapecó e Peperi, quer se identificar com nossa vida nacional, mas não tem os meios que de direito lhe cabem e era do nosso dever lhe fornecer, isto é, boas escolas e professores competentes.<sup>52</sup>

Os “patrícios” do periódico denunciam a inércia das autoridades frente ao problema da não identificação dos colonos com a “questão nacional”, neste sentido, o papel do ensino público se torna central, pois na visão da elite controladora do jornal a construção e manutenção de escolas por membros identificados com a concepção nacionalista está diretamente ligada a introdução dos preceitos brasileiros a elementos até então desconectados com o espírito de brasilidade, não por vontade própria, mas sim pela ineficácia das ações governamentais. Tais indagações e denúncias se sucederem nas publicações do periódico por pelos menos três editoriais subsequentes a essa publicação, sempre abordando a temática do perigo estrangeiro nas colônias e na condução da educação dos colonos.

As cobranças efusivas do Jornal levarão os editores da publicação à problemas com as autoridades do estado catarinense, deflagrando inclusive a suspensão da circulação da publicação por quase dois meses, retornando em 5 de novembro de 1939. Na edição de 26 de novembro o periódico publica um editorial onde denuncia a censura sofrida pela publicação por parte das “altas autoridades” do estado.

---

<sup>52</sup> A Voz de Chapecó, editorial, 23 de julho de 1939. Arquivos do CEOM.

Figura n 04: Editorial de 26 de novembro de 1939 do jornal A Voz de Chapecó.

**A VOZ DE CHAPECÓ**

SEMANARIO INDEPENDENTE

FUNDADO EM 3 DE MAIO DE 1939

Redação e oficinas: Avenida Getúlio Vargas, Ano I, Número 21, Chapecó, 26 de Novembro de 1939. Assinaturas: Um ano 12000, Seis meses 7000. Direitor: Vicente Cunha, Gerente: Otávio Silva

## CENSURA POLICIAL

**A VOZ DE CHAPECÓ** foi fundada para ser uma escola de caráter.

É um jornal modesto, de pequeno formato, ao qual imprimimos a força dos nossos sentimentos afetivos pela nossa grande Pátria e a firmeza das nossas convicções pelo bem, pela virtude e pelo esforço no cumprimento do nosso dever.

Defendemos os princípios da Constituição de dez de Novembro de 1937, porque estamos convencidos que nesse Código de direito publico se acha consagrada a garantia da eficiência e da ação governamental da União.

Não vivemos na curvatura submissa, com o chapéu na mão, em zumbais aos poderosos, sejam de Onde forem.

Estamos com o direito, contra o crime, pelo bem contra o mal, pregando a virtude, condenando o vício, a torpeza, a indignidade.

E neste caminho proseguiremos.

Evidentemente, quem estiver, contra nós há de ter em seu desfavor os gritos da propria consciência.

Assim, a ação da censura policial, de retada pelas altas autoridades do Estado, tem uma estrada suave para se exercer, porque os nossos objetivos chegam a um ponto morto, isto é, coincidem na preocupação do bem publico.

A proposito cabe abrir espaço para a ultima comunicação, que recebemos sob o assunto que serve de título a estas linhas:

Ao Sr. Vicente Cunha,  
D. D. Redator do Jornal  
„A Voz de Chapecó”

Nesta.

Assunto: (comunicação-Paz)  
Para os vossos bons officios comunico à v.s. que o Exmo Sr. Dr. Secretario de Segurança Publica, em seu telegrama n. 1033, de ontem datado, determinou me fazer cessar suspensão jornal "A VOZ DE CHAPECÓ" devendo ser censurada qualquer noticia incluída instruções, bem como de acordo com entendimento mantido com o Sr. Ten. Prefeito Municipal, designou o Sr. Secretario da mesma repartição para, na minha ausencia, fazer censura vosso jornal. Reitero-vos os meus protestos de alto apreço e distinta consideração.

*Alto Fernandes*  
Cap. Delegado Especial de Chapecó

## INTERVENTORES NO RIO

Em comemoração do 2º aniversário do Estado Novo e por determinação do Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da Republica reuniram-se do dia 10 a 18 do corrente mez, na cidade do Rio de Janeiro, os interventores de todos os Estados do Brasil.

A conferencia dessas altas autoridades do País encerrou-se naquele ultimo dia, com a presença de S. Exa. o Dr. Presidente da Republica e todos os Ministros.

Aberta a sessão de encerramento, falou o Interventor Alvaro Maia, que proferiu longo discurso, examinando os trabalhos realizados, agraecendo em nome dos seus colegas aquela oportunidade em que foi possível estudar em conjunto todos os problemas vitais do Brasil e terminou saudando o Presidente da Republica. Cessadas as palmas, falou de improviso agradecendo, o Presidente da Republica, o qual antes de encerrar a sessão, fez minucioso exame das condições do país e esclarecendo que a ação do Governo Federal se exerceria, como vem fazendo, sob o triplice aspecto, regional, geoeconomico e nacional. S. Exa. explicou que em relação ao Norte precisava atender a situação do Comercio da borracha, fumo, cacau etc. no nordeste tinha em vista o aproveitamento das quedas d'agua, a começar pela cachoeira Paulo Afonso, no centro havia o problema das minereias e o café e finalmente, no sul, a herva mate, carnes etc.

Até 15 de Fevereiro próximo

Após encerramento da reunião dos Interventores, houve uma sessão sob a presidencia do Almirante Guilhem Ministro da Marinha, durante a qual fizeram uso da palavra o Governador de Minas Geraes e Interventores do Espirito Santo, de Alagoas, do Maranhão, Amazonas, Mato Grosso e Sergipe e, finalmente, o de Santa Catarina, que fez uma Saudação ao referido Ministro, que dispensou, agradecendo.

Em seguida, encerrada a sessão realizou-se outra, presidida (Termina na quarta pagina.)

## PELA PAROQUIA

Parece que finalmente vai Chapecó conseguir a permanencia efetiva de um vigário em sua paróquia principal.

Quinta feira ultima, dia 23, esteve nesta cidade o Rvdo. Frei Dr. Matheos Heepers Ofm. vice provincial da Provincia Sul do Brasil, dos frades franciscanos.

Em sua companhia veio o Rvdo. Frei Crescencio Geibert Ofm. que pertence a Residencia de Palmas, estando nesta cidade o Rvdo. Frei Ewaldo Bamberg, os quaes atendem às necessidades espirituas da população de Chapecó.

A população desta cidade e parte de algumas colonias proximas, autoridades e funcionarios publicos locais, manifestaram grande satisfação pela honrosa visita daquela elevada autoridade eclesiastica, tendo procurado rodear S. Exa. reverendissima de todas as demonstrações de respeito e estima.

Um dos motivos da sua excursão era especialmente conhecer da situação, condições de vida da população e sobretudo a necessidade de mais assidua e permanente assistencia religiosa.

Alem do provimento efetivo de vigário a paróquia cogita-se tambem, como problema paralelo, da criação de uma residencia, ou convento, para os frades.

Dois lugares aspiram a localisação da aludida residencia, Xaxim e Chapecó.

O ideal seria a criação de duas residencias, mas isto não é solução para se cogitar, por ser de impossivel realisação.

De modo que, devendo ser criada uma residencia, e se tratando como se trata, de uma povoação, que é sede de distrito, qual seja, Xaxim, e de outra, que é sede do municipio e da Comarca, como é Chapecó, tudo denota, indica e recomenda que a preferencia seja dada a esta ultima povoação. Não só por isso, mas, atendendo a que em Xaxim se vai servir ás dignas populações desse distrito, que é o unico onde ha colonização, que está agora começando no referido distrito Fatorial dos Guadés e mais Xaxixerê e Abelardo Luz, nos quaes o contingente demografico e reunido e quasi não ha terras de cultura, não se pode esquecer que no 1º distrito, isto é, em Chapecó, ha tambem colonização, que tambem se verifica nos distritos de Guatambu e Caxambu, os quaes reunidos formam maior nucleo de população. Não se trata de preocupações regionaes ou interesses pessoais.

O precedente de Santo Amaro e Palhoça, em que a residencia foi localizada no distrito e não na sede da Comarca, não é identico ao nosso caso, como o illustra o Conselho Provincial verificando, comparando as distancias extremas dos respectivos distritos, e municipio.

Estamos convictos que o respeitavel Conselho Provincial dos Reylmos Fedos Franciscanos ao tomar co. conhecimento desse importante problema, após as indispensaveis ponderações e estudos, ha de receber inspirações do bom Deus para uma solução justa.

Essa nossa opinião.

Fonte: Arquivos do CEOM.

Por este editorial percebemos que a relação entre os dirigentes do periódico, membros do grupo econômico e político da cidade, e os governantes estaduais, indicados pelo governo central no período, nem sempre foi de total acordo, porém, denotar que a elite chapecoense, encetada pela família Bertaso, representou uma força de oposição ao governo Vargas na região é um engodo, pois a relação estabelecida entre esse grupo de “patrícios” e os comandantes do Estado Novo se pautava muito mais na identificação ideológica do que na oposição política, como explicita Petrolí:

A questão central dos anos 1930, em Chapecó, não é o desejo local de fazer oposição ao regime de Vargas, e sim o interesse político em construir uma nova ordem social na região... O discurso de Vargas - principalmente o grito de Marcha para Oeste - foi muito significativo para o colonizador. Sendo que, a própria construção da imagem do colono pioneiro, desbravador do Oeste, pode ser associada à imagem do bandeirante. Isto porque o colono imigrante deveria ter o espírito bandeirante, deveria ter coragem para entrar e se estabelecer no sertão. É dessa maneira que as críticas ao Estado Novo podem ser explicadas, através do compromisso (principalmente dos Bertaso) com a construção da cidade e da modernidade. O interesse não era outro senão a reivindicação da presença do poder público, o qual deveria se fazer presente através de investimentos.<sup>53</sup>

Neste cenário, ao contrário da ideia de oposição, temos a figura do colonizador como enfático na aproximação das ideias da nacionalização, porém, junto a isso, temos acompanhado o discurso de “proteção” a comunidade local, no qual a figura do coronel como patriarca é marca característica, desta forma, o zelo pelo bem público e pelo bem estar geral, e a ânsia pelo desenvolvimento e progresso da localidade, se traduzem, em outra faceta discursiva presente, o que faz os apelos as autoridades estado novistas serem enfáticos. Assim, a demasiada identificação da elite local com o ideário do novo bandeirantismo, junto com a prática coronelista de abarcar os interesses da localidade, soa para alguns membros do governo como um movimento de questionamento ao poder constituído, basta lembrar, que a época da publicação o Departamento de Imprensa e Propaganda, instrumento central na censura aos meios de comunicação, estava vigente, segundo Capelato:

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade da intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Tinha como função elucidar a opinião pública

---

<sup>53</sup> PETROLI, Francimar Silva. **Um Desejo de Cidade, Um Desejo de Modernidade (Chapecó, 1931-1945)**. 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em história, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008. p. 163.



sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuar em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira.<sup>54</sup>

Sendo assim, o departamento buscava construir uma imagem positiva do governo e do seu governante máximo, Vargas, encarando críticas como tentativas de desestabilizar o grande projeto nacional, censurando os meios de comunicação para evitar tal fato. Desta forma, a censura *A Voz de Chapecó* também pode ser encarada como a preocupação do governo na desestabilização de sua imagem em uma região estratégica de fronteira, portanto, de segurança nacional, já que a localidade ocupada principalmente por grupos étnicos descendentes de elementos estrangeiros precisava ser cooptada para o sentimento de brasilidade e patriotismo necessário a proteção das fronteiras da pátria.

O jornal, por sua vez, não parece ter se sentido intimidado com os percalços que sofreu com a censura policial, e continuou na sua “proclamada missão de zelar pelo bem público”, somando-se a isso, a continuidade no discurso de arregimentar a população colona local à ideologia nacionalista também foi intensificada, vejamos esse editorial de 10 de dezembro de 1939 intitulado: “Colônias”:

É comum ler-se na imprensa dos jornais e até em livros escritos de brasileiros conceituados as expressões, colônias alemães, colônias italianas, colônias polacas, quando se referem a povoações brasileiras do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná. **Está errado, erradíssimo.** As palavras exprimem cousas, que não estão no pensamento ou na intenção de quem as escreveram. Como todos sabem, Chapecó está situado na fronteira do Brasil com a República Argentina. Olhando para o país estrangeiro vizinho, sentimos cada vez mais se intensificar o nosso ardor de brasilidade e melhor compreendemos os nossos deveres de amor pátrio.<sup>55</sup>

No excerto do editorial, percebemos a tentativa de seus editores em distanciar a população migrada para região oeste das suas raízes europeias, buscando através da identificação de um potencial grupo rival, no caso a estrangeira Argentina, um elemento de congregação dos migrantes que aportaram nas colônias. Em outras palavras, a unidade em torno da brasilidade e a criação de uma identidade nacional, são indispensáveis para assegurar a soberania do Brasil na localidade. Segundo Chauí, a ideologia da identidade nacional “define um núcleo essencial tomando como critério algumas determinações internas da nação que são

<sup>54</sup> CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. São Paulo: Unesp, 2008.

<sup>55</sup> A Voz de Chapecó, editorial, 10 de dezembro de 1939. Arquivos do CEOM. Sem grifos no original.

percebidas por sua referência ao que lhe é externo, ou seja, a identidade não pode ser construída sem a diferença”<sup>56</sup>. Desta forma, construir o imaginário da brasilidade no grupo de migrantes era essencial, e livrá-lo das expressões que os caracterizavam como estrangeiros naquele momento também adquiriria suma importância, pois eles deveriam ter em seu imaginário as bases de pertencimento ao Brasil, aos costumes, tradições e interesses brasileiros.

Porém, no decorrer do mesmo editorial percebemos algumas contradições nas afirmações dos “patrícios” chapecoenses:

**Mas é preciso que se diga, se afirme, se proclame, que se trata de populações brasileiras, brasileiríssimas**, elementos nativos do Rio Grande do Sul, muitos já distanciados dos troncos estrangeiros duas, três ou mais gerações. Há incompatibilidade em falar-se em nacionalização e depois vir chamar de colônias alemãs, colônias italianas a povoações essencialmente brasileiras. Certo é que ocorre muitas vezes ser desconhecida a língua nacional e haver conservação das tradições estrangeiras. Isto é um mal, ou são dois males, mais propriamente, é um tríplice mal, porque evidencia também o relaxamento, descuido e negligência de governo anteriores. A orientação atual é corrigir o abandono em que foram deixadas as colônias, entregues à própria orientação no que diz respeito a educação. Mas intenção só não basta, boa vontade não se pode manifestar em preocupações subalternas, ação concreta do governo em prol da efetiva nacionalização desses meios influenciados pela ação estrangeira, não pode surtir efeitos quando para os cargos públicos são nomeadas pessoas inidôneas, sem preparo intelectual, despidas de senso moral e sem noção da própria responsabilidade. **Enfim a alma da brasilidade precisa vibrar uniforme cantando a canção máscula do patriotismo consciente, pelo aperfeiçoamento do caráter e pelo culto da virtude, contra a fraqueza e a orientação deficiente das coisas. Este é o nosso pensamento.**<sup>57</sup>

Tais contradições podem ser observadas na afirmação de que se tratam de povoações brasileiras, mas, posteriormente, uma outra afirmativa destaca que essa população se comunica em outra língua e praticam costumes de outras nacionalidades que não a brasileira. Ora, partindo do pressuposto que a ideologia da identidade nacional, ou também o sentido da brasilidade, são hábitos, tradições e costumes, que se engendram no imaginário social de determinado grupo que passa a reproduzi-los e cultuá-los como símbolos de unidade e identificação criando assim o sentido do nacionalismo e as próprias bases da nação. Se esses elementos não possuíam nem hábitos, nem tradições e nem costumes brasileiros, falando inclusive um idioma estrangeiro, como o jornal pode qualificá-los como populações brasileiras? Podemos afirmar que mesmo vivendo em comunidades integralmente formadas pelos mesmo

<sup>56</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. p. 22.

<sup>57</sup> A Voz de Chapecó, editorial, 10 de dezembro de 1939. Arquivos do CEOM. Sem grifos no original.

elementos étnicos e com inúmeras tradições voltadas a preservação dessa etnia, esses elementos poderiam ser o “bastião” da brasilidade no sertão oeste?

Essas indagações fazem-nos refletir sobre o estigma que o discurso do jornal procurava quebrar, ou seja, queria limpar a pecha de estrangeiros dos colonos e rotulá-los com uma nova imagem, que agora estava em alto no cenário brasileiro, a imagem dos protetores da fronteira da nação, leais a causa brasileira. Esse discurso do jornal, é simplesmente a vontade que a elite chapecoense sobrepujava sobre essa população e não necessariamente a real identificação desses colonos, basta lembrar o intenso esforço do governo, ciente da predominância cultural europeia, em deflagrar um projeto intenso de nacionalização na região, lançando mão de métodos não apenas persuasivos, mas, também, coercitivos, através inclusive da violência, como trata Nodari:

Essas persistências acabaram dando a motivação para o processo de nacionalização que foi desencadeado. Nessas conjunturas, as atenções do governo brasileiro voltavam-se para as áreas onde grupos suficientemente grandes de imigrantes e descendentes, considerados culturalmente estrangeiros, estavam concentrados e, então, passaram a ser vistos como uma ameaça à integridade nacional.<sup>58</sup>

Tal ameaça, sentida pelas autoridades, resultou em um processo de perseguição e cerceamento da livre expressão em muitas localidades. A imposição do uso da língua nacional por todos os habitantes do país, junto com a proibição da utilização de material impresso como livros e folhetos em língua estrangeira, atingiu em cheio o cotidiano de inúmeras comunidades colonas no oeste, desta forma, em vários ambientes os migrantes se viram em um cenário de privação de seus costumes, como nas igrejas onde as leituras deixaram de ser em alemão, italiano ou polonês e passaram a ser em língua nacional, nas escolas onde professores identificados com metodologia próxima aos costumes estrangeiros foram demitidos, até mesmo na intimidade do lar, onde delatores poderiam ser vizinhos que circundavam as residências em busca de algum descumpridor das ordens nacionalistas. Desta forma, como explicita Giralda Seyferth:

Assim, os grupos étnicos e suas culturas são definidos como quistos (ora raciais, ora exóticos, ora alienígenas) e as etnicidades, expressadas por termos como germanismo,

---

<sup>58</sup> NODARI, Eunice Sueli. **A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina.** Revista História Oral, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, 2009. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br>. Acesso em: 10/10/2017. p. 161.

polonidade, italianidade etc., são vírus que atingiram o corpo da nação, ameaçando sua integridade. Vírus que impõem vinculações com "pátrias artificiais" (os países de origem dos imigrantes) que afetaram a mente da nação e a sua própria razão de ser. Só podiam ser vencidos, erradicados, se fossem atacados os grandes baluartes antinacionais dos alienígenas: a escola, o lar e a Igreja.<sup>5960</sup>

Neste cenário, a repressão do Estado Novo a cultura considerada estrangeira desses migrantes foi intensa e diversificada nos mais variados aspectos das vidas desses elementos. Assim, denotamos que os migrantes que vieram a compor as colônias no Oeste Catarinense, no princípio de seu assentamento nas novas terras foram obrigados a rever as bases de sua etnicidade, como trata Nodari, “esse fator exigiu das etnias no Oeste de Santa Catarina uma renegociação imediata e contínua para facilitar a sua permanência física e garantir a sua sobrevivência no local”.<sup>61</sup>

O jornal *A Voz do Chapecó* silencia sobre essa repressão, não percebemos durante a análise do periódico, dos anos 1937-1945, referências sobre o as ações coercitivas deflagradas pelo regime vigente, muito pelo contrário, percebemos nos editoriais analisados a máxima aproximação ideológica com a proposta nacionalista governamental, havendo críticas quando as ações por parte do projeto nacionalista são morosas ou não se cumprem. De tal modo, os migrantes são encarados, no discurso do jornal, como seres passíveis de serem moldados aos interesses nacionais, podendo ter utilidade se compactuados com o “germe” do trabalho e do progresso, como pode ser percebido no editorial de 21 de maio de 1939, intitulado “Nossos Desejos”:

De aplausos vem sendo a atuação do eminente presidente Getúlio Vargas e de todos quantos o acompanham na obra patriótica de nacionalização brasileira. Não quer, estamos convencidos, afugentar de nosso solo pátrio, aqueles que embora nascidos debaixo de uma outra constelação que não a nossa, vêm auxiliando-nos com o seu esforço produtivo, acelerado amor ao trabalho, de respeito às leis, vivendo e muito principalmente respeitando a tudo que se relacione com o peculiar interesse desta grande pátria.<sup>62</sup>

Aqui percebemos que o interesse do jornal é da apropriação da construção de uma imagem do migrante como um ser necessário para o desenvolvimento do arquétipo nacionalista, entretanto este deve ser suscetível às exigências impostas a ele, e deve ser remodelado,

<sup>59</sup> SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. Mana vol.3 n.1 Rio de Janeiro.

<sup>60</sup> . p.103

<sup>61</sup> NODARI, Sueli. *Ibidem*. p. 160.

<sup>62</sup> *A Voz de Chapecó*, editorial, 21 de maio de 1939. Arquivos do CEOM.

independentemente de suas particularidades culturais, para um bem maior, que é a edificação de uma nação coesa, desenvolvida, progressista.

Desta forma, percebemos que a ideia e o discurso de Marcha Para Oeste se calcam na invocação de um novo espírito bandeirante, que se embrenhe nas entranhas do sertão brasileiro e lá semeie a seiva do desenvolvimento, integrando as bases da nação, unindo litoral e interior num único movimento, marchando junto com a premissa básica de levar o Brasil num lugar de destaque em meio às potências do globo. Aqui mito, sentimentalismo, simbologia, discurso, coerção e política são ferramentas num processo de concretização de marcha e edificação de um novo paradigma nacional.

Aqui no oeste este novo bandeirante será o migrante, convocado a se integrar ao projeto nacionalista, e destinado a levar ao bravio sertão o progresso, tendo para tal que se adequar, remanejar seu *ethos* para figurar como elemento digno de sustentar a brasilidade numa região estratégica. A ideia e o discurso de marcha também encontraram ressonâncias aqui, tendo sido incorporados e resinificados por uma elite que assumiu a égide do processo de colonização e levou a cabo o projeto de transformar o oeste catarinense numa grande potência.

### **3.3 A Marcha Para Oeste e a colonização**

Como foi possível observar, no campo do discurso e da criação simbólica, a Marcha Para Oeste teve fortes repercussões nas novas fronteiras de colonização, através da construção de um discurso em consonância com a ideologia nacionalista. Agora nas ações concretas, o que podemos denotar são algumas ações tomadas principalmente pelo governo federal, no intuito de fortalecer a área de segurança nacional que compunha a região Oeste de Santa Catarina, onde Chapecó esta incrustada. Uma das primeiras medidas é o Decreto-Lei nº 1.968, de 17 de janeiro de 1940 que regula a concessão de terras e os estabelecimentos de indústrias nas faixas de fronteira. O decreto regulamenta em seus dois primeiros artigos:

Art. 1º As concessões de terras na faixa de cento e cinquenta quilômetros ao longo da fronteira do território nacional, somente poderão ser feitas mediante prévia audiência do Conselho de Segurança Nacional.

Parágrafo único. Compreendem-se nessas concessões para os efeitos desta lei, e desde que sejam estrangeiros os concessionários ou adquirentes quaisquer operações de terras particulares situadas na aludida faixa, como alienações transferências por

enfiteuse anticrese usufruto ou a título precário, transferências de posses ou arrendamentos.

Art. 2º Na apreciação das concessões de que trata o artigo anterior ter-se-á em vista:

I - Que os concessionários sejam, de preferência brasileiros ou se achem constituídos em famílias brasileiras considerando-se brasileira a família cujo chefe seja brasileiro ou tenha filhos brasileiros;

II - O aproveitamento racional das terras dentro dos prazos que, para esse fim, forem estabelecidos em cada caso, não devendo elas constituir latifúndios inexplorados ou deficientemente explorados:

III - A predominância de brasileiros natos nos núcleos de população na razão de cinquenta por cento (50%) no mínimo bem como, nos mesmos núcleos, para cada nacionalidade estrangeira, a percentagem de vinte e cinco por cento (25%) no máximo, computados, em qualquer caso somente os maiores de 12 anos, de ambos os sexos.<sup>63</sup>

Tal decreto, explicita a intenção governista em retirar o total domínio estadual sobre as faixas de fronteiras, que agora deveriam ficar sob a supervisão do Conselho de Segurança Nacional, ou seja, a autonomia em âmbito regional vai sendo minada em função da ideologia do nacionalismo e da construção da brasilidade, já que a lei prevê a preferência para brasileiros natos se assentarem na região. Segundo Werlang:

Com essa medida, o governo Vargas tomou para si o controle de vastas extensões de terras ao longo das fronteiras. Essa ação já era um preparativo para a criação do Território Federal do Iguaçu, tirando dos estados o controle sobre a concessão das terras. O decreto previa a obrigatoriedade das empresas colonizadoras de apresentarem seus papéis de domínio ou posse da terra. A lei previa a criação de uma comissão para rever as concessões já efetivadas.<sup>64</sup>

Aqui no Oeste, a lei foi recebida pela elite colonizadora com certa descrença, pois, o que transparece pelas intenções dos controladores do jornal *A Voz de Chapecó* é a vontade de uma intervenção maior e mais concreta por parte do governo federal. No editorial de 7 de abril de 1940, o periódico apresenta a notícia do decreto lei em sua capa, logo após uma questão em latim “*Quid Inde?*”, que em tradução para o português ficaria “e então?” Qual a consequência disso? A partir daí argumenta o editor:

---

<sup>63</sup> Diário Oficial da União - Seção 1 - 19/1/1940, Página 1071. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1968-17-janeiro-1940-411939publicacaooriginal-1-pe.htm>>. Acesso em 20 de Nov. de 2017.

<sup>64</sup> WERLANG, Alceu Antonio. **A Marcha Para Oeste em Santa Catarina**. In MARIN, Joel Orlando; NEVES, Delma. **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. P. 88.

A população desta zona, chamada fronteira, aguarda providências governamentais concretas. Há uma esperança latente, dado o retraimento do governo do Estado que até a presente data não tem podido atender as estradas deste município, incluídas no plano rodoviário, mas abandonadas, e as escolas com superabundância de crianças, sem professores e sem prédios escolares, a população confia que o governo federal, se, efetivamente, tomasse conta da faixa territorial aludida, haveria de realizar esses melhoramentos imprescindíveis, cuja necessidade é clamorosa. A digna comissão especial continuando, como continua, lá no Rio de Janeiro, tem que falhar na sua finalidade. Assim, as boas leis e as ótimas intenções têm de ir como vão indo, com o decurso dos meses e dos anos, águas abaixo. Já falaram em colônias militares e nestas modestas colunas condenamos essa revivescência de ideias mortas e fracassadas no passado. Queremos levar nossos aplausos ao governo federal e o faremos, com sinceridade, desinteressadamente, mas, queremos realizações concretas, não abstrações e fantasmagorias.<sup>65</sup>

Os próceres do periódico pleiteiam, desta forma, uma intervenção mais profunda por parte das autoridades federais, já que julgam a esfera estadual ineficaz, pois, não atende as demandas para o progresso e civilidade da região oeste. Porém, temem que a já referida lei tome o rumo dos percalços e não seja aplicada da maneira que os “patrícios” desejam, ou seja, que as benesses auferidas com uma participação direta da união não se concretize e Chapecó continue amargando suas más instalações e sua desconexão com os centros civilizados do país. Essa concretização, na visão do periódico, passaria pelo âmbito de vultuosos investimentos na região, pois segundo Petrolí:

O discurso nacionalista de Vargas em torno da promoção da Marcha para Oeste fortaleceu o desejo de homens preocupados em transformar a realidade. Muitas lideranças políticas do Oeste perceberam que a Marcha para Oeste seria vital, pois poderia garantir a abertura de estradas, melhoramentos nos sistemas de transportes e de comunicações; poderia garantir, inclusive, o “branqueamento” da população através da introdução de descendentes de italianos e alemães. Portanto, com a Marcha para Oeste, o Estado se faria presente na região através de investimentos.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> A Voz de Chapecó, editorial, 07 de abril de 1940. Arquivos do CEOM.

<sup>66</sup> PETROLÍ, Francimar Ilha da Silva. **Território, economia e modernidade: Oeste Catarinense, 1916-1945.** Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC. p.15

Figura 05: Homens abrem estrada em Chapecó, 1941



Fonte: Arquivos do CEOM

Neste cenário, o desejo de construir uma cidade progressista, com elementos afeitos a essa ideologia, que trabalhem e se enquadrem na perspectiva do usufruto da terra nas bases capitalistas, junto com uma estrutura moderna, com largas avenidas e vias de acesso com as mais variadas localidades, como é possível observar na figura 5, são prerrogativas centrais nas “esperanças” da elite colonizadora, que vê na Marcha Para Oeste o meio de se tornar real estes anseios, julgando, assim, o decreto lei de 1940 ainda muito incipiente, pois não traz medidas palpáveis para a concretização dos meios que tornaram Chapecó a grande potência esperada.

A medida mais concreta para a nacionalização da região virá três anos mais tarde, através da criação do Território Federal do Iguazu (TFI), que colocará Chapecó sob intervenção direta das autoridades federais. O Território foi criado através do decreto lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, A área do Território do Iguazu abrangia o Oeste e o Sudoeste do Paraná e o Oeste de Santa Catarina. Estava dividido em cinco municípios: Foz do Iguazu, Iguazu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó. Foi definida a cidade de Iguazu (atual Laranjeiras do Sul), como capital do Território. Ao todo, a área do Território Federal do Iguazu correspondia a 65.854 km<sup>2</sup>, sendo 51.452 km<sup>2</sup> oriundos do Estado do Paraná, e 14.402 km<sup>2</sup> provenientes do Estado de Santa Catarina o que dava uma densidade demográfica de 1,47 habitantes/km<sup>2</sup><sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> LOPES, Sérgio. O Território Federal do Iguazu e a “Marcha para Oeste”. Espaço Plural, UNIOESTE, Cascavel, v 11, n 08, 2004. p. 16.



A criação do TFI, está ligada diretamente com o projeto de nacionalização e de ocupação das fronteiras da nação, pois, atrelada a esse arquétipo do Estado Novo, está a preocupação com o abandono em que se encontram as fronteiras do país, completamente a mercê da influência estrangeira. Desta forma, colocar essa faixa de fronteira diretamente sob jurisdição federal, ia ao encontro com as percepções dos ideólogos da Marcha Para Oeste e também com a frente militar, interessada no processo de segurança nacional, como explicita Sérgio Lopes:

Portanto, a criação do território pode ser concebida como um ato de ocupação definitiva da faixa fronteiriça, para assim romper o isolamento e afastar definitivamente o perigo estrangeiro para a soberania nacional, que rondava a região. Embora não se tratasse de um perigo de invasão propriamente dito por parte dos países vizinhos, entendia-se que o perigo se dava, sobretudo, em decorrência do abandono em que se encontravam as regiões fronteiras. Além do que, a redivisão territorial, no entendimento dos ideólogos da “Marcha para Oeste” e do projeto nacional desenvolvimentista do governo Vargas, visava facilitar a ação governamental no sentido de recuperar humana, cultural e economicamente as fronteiras brasileiras.<sup>68</sup>

Figura n 06: Mapa do Território Federal do Iguaçu



Fonte: Redação Infográfica, Gazeta do Povo.

<sup>68</sup> LOPES, Sérgio. Ibidem. p 16.

Tal organização do território, que englobava as terras chapecoenses, representava para elite local a esperança de ver as melhorias que a cidade tanto necessitava, já que, segundo os próprios editoriais do periódico *A Voz de Chapecó*, o governo catarinense não era capaz de suprir as demandas do município, que apesar de progressista, ainda necessitava de muitos investimentos. Foi com essa esperança que os “patrícios” do Oeste Catarinense, viram se delinear em Laranjeiras (nomeada de Iguazu, após a instalação do TFI), toda uma estrutura político-administrativa para a efetivação do território. O primeiro governador nomeado por Vargas em 1944 foi Garcez do Nascimento, porém, após a queda de Getúlio e do Estado Novo, houve mudanças também no comando do TFI, passando ao cargo de governador o Major Frederico Trotta, figura 7, que tomou posse em fevereiro de 1946, ficando efetivamente poucos meses no cargo, já que apenas seis meses depois o território seria extinto pela assembleia constituinte convocada para escrever a nova constituição do país, deixando grande parte das pretensões para a área apenas no plano teórico, não atingido concretude significativa para a população.

Figura n 07: Major Trotta (ao centro) toma posse como Governador do TFI.



Fonte: Gazeta do Povo.

O que se viu com a instalação do TFI, foi a criação de uma estrutura administrativa que se concentrou apenas na capital do território, e pouco surtiu efeito nas localidades mais afastadas desse centro, caso de Chapecó, como trata Werlang:

Diferentemente da capital, a cidade de Laranjeiras, para onde migraram novos recursos e pessoas com a finalidade de implantar a nova estrutura político administrativa da capital, os representantes do município de Chapecó não sentiram maiores transformações com a implantação do Território Federal do Iguçu. Com a nomeação do prefeito Serafim Bertaso, filho de Ernesto Bertaso, proprietário de uma das maiores colonizadoras da região, o controle político continuou nas mãos do mesmo grupo econômico.<sup>69</sup>

Desta forma, as grandes obras e investimentos esperados pelos “patrícios” chapecoenses não se fizeram presentes durante a vigência do TFI, que chegou ao fim apenas três anos após o seu surgimento, mesmo sob protestos dos editores do *A Voz de Chapecó*, que ainda depositavam esperança no projeto. Tal pensamento é possível de ser notado nos editoriais publicados pelo jornal durante o processo de extinção do TFI, no qual os deputados participantes da constituinte foram fortemente contestados pelo grupo controlador do jornal, por, em sua maioria apoiar o fim do projeto na região. Exemplo disso é o editorial de 29 de setembro de 1946, com o título: “Não Adianta Falar”:

Certamente, perfeição, lógica, bom senso não foram e não podiam ser preocupações daqueles homens da constituinte. Interesse geral, progresso e bem-estar da população desta nossa amada zona brasileira fronteiriça não podiam alcançar boa vontade, benevolência, solidariedade dos arautos da dita anulação da criação dos territórios.<sup>70</sup>

Podemos conjecturar que tal reação extremamente crítica dos controladores do jornal para com os constituintes, se processa em um cenário no qual, apesar de o TFI não haver até aquela data proporcionado grandes contribuições para o progresso chapecoense, o desejo de transformar a região em potência ainda era latente, e o projeto varguista de Marcha, mesmo com a figura de Vargas estando afastada do poder, ainda estava vigente entre a elite de Chapecó. Este cenário, se engendrava devido a todo contexto proporcionado pela campanha de nacionalização, que criou grande simbologia em torno dos elementos que iriam servir como

---

<sup>69</sup> WERLANG, Alceu Antonio. *Ibidem*. p. 156.

<sup>70</sup> *A Voz de Chapecó*, editorial, 29 de setembro de 1946. Arquivos do CEOM.

propulsores da brasilidade no “sertão” Oeste. Assim, podemos denotar que apesar do fracasso do TFI, por ter sido incipiente em seu projeto, não foi suficiente para abalar a ideologia dos colonos arautos do progresso em Chapecó.

Desta forma, a colonização do município oestino, continuou a todo “vapor”, com colonos oriundos do Rio Grande do Sul aportando na cidade em grande quantidade, pois neles foi depositada a missão de desenvolver a localidade, tendo que para isso, muitas vezes, renegociar seus valores étnicos, frente a imposição de um nacionalismo exacerbado. De tal modo, o projeto de Marcha Para Oeste, não só impulsionou o povoamento desta zona de fronteira, como Chapecó era considerada, mas, também buscou inculcar valores brasileiros na população que chegava a localidade, como meio de garantir a soberania do país sobre essas terras.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou elucidar as ressonâncias de um projeto nacionalizador, o de Marcha Para Oeste, deflagrado em um período de exacerbação nacionalista, no qual o enraizamento de uma idealização de nação foi buscado com afinco, na região considerada Oeste de Santa Catarina. Durante a trajetória traçada por esta monografia, foi perceptível a latência do tema, pois se tratando de História Regional, o período varguista não encontra muitas obras que analisem seus desdobramentos em terras chapecoenses, assim, os resultados obtidos com esta pesquisa, colaboram para jogar luz a um período ainda obscuro em nossa historiografia.

Para realizar esta obra, a contextualização histórica desta região, o Oeste Catarinense, foi necessária, abordando os elementos que auxiliaram na constituição do que se processava nesta localidade. Neste sentido, a busca pelo entendimento de como a visão de Oeste selvagem e incivilizado perdurava no período de gênese do Estado Novo, se constituiu como uma questão nevrálgica para o desenrolar das ações e dos discursos que permearam o período pesquisado, caracterizando, deste modo, o conceito de Sertão, que perpassou a história do Brasil e se aplicou a região Oeste. Assim, foi possível constatar pela bibliografia levantada, logo no primeiro capítulo, a caracterização dos elementos que habitavam esta região, num momento anterior a chegada dos primeiros colonos com descendência europeia, os denominados caboclos.

Tal elementos, foram caracterizados, na maioria das vezes, pelos migrantes que aqui se assentaram como figuras perniciosas, não afeitas ao trabalho, perigosos e incivilizados, sendo assim, não poderiam trazer a região o progresso e a modernidade necessários para o desenvolvimento de Chapecó. Entretanto, o que foi possível caracterizar por este trabalho, foi o modo de vida diferenciado do migrante que o caboclo levava, com um *ethos* voltado para a subsistência e a não correlação com o sistema do capital moderno. Essa diferença foi o que selou para a história, através de uma historiografia tradicional, a figura do migrante como grande desbravador e o responsável único para o desenvolvimento da região, pois foi a partir da entrada do migrante que Chapecó entra na rota da exploração capitalista.

Um ponto de inflexão nesta trajetória, sem dúvidas foi a Guerra do Contestado, que além de mostrar as intenções particularistas do Estado, lançou mão de uma dizimação intensa da população cabocla, colaborado para a desapropriação da terra dos caboclos e a abertura do processo de colonização através da iniciativa privada. Assim, a questão do Contestado marca

profundamente a colonização do Oeste Catarinense, pois, além de representar um querela entre Santa Catarina e Paraná pelo controle das terras, esse fato deflagra um conflito campesino sangrento, no qual, a população menos abastada sofre as amargas consequências das pretensões de um Estado, que passou a visar para a região um caminho pautado na exploração dos bens naturais e no enquadramento com uma perspectiva de acumulação, oposta, aos meios pregados pelos caboclos de subsistência e comunidade.

Neste contexto, é após a resolução do conflito que se dará a efetiva colonização das terras do Oeste Catarinense pelos migrantes descendentes, principalmente de itálos e germânicos. Esse processo, encabeçado pelas companhias privadas de colonização, vendia “terra de qualidade para gente de qualidade”, sendo considerado de qualidade o elemento branco. Assim, essas companhias cooptaram, através de intensa propaganda, os colonos que já habitavam as primeiras colônias gaúchas, que se encontravam em estado de esgotamento, trazendo para as terras do Oeste e colocando nas mãos desses migrantes o dever de desenvolver a região.

É neste cenário, que no período em que Vargas se consolida no poder no Brasil, o olhar para esta região adquire um viés pautado pela segurança e pelo abraço da faixa considerada de fronteira. Deste modo, os colonos que estão aportando em Chapecó, se deparam, principalmente após a instauração do Estado Novo, com uma situação em que precisam readaptar seus modos de vida tradicionais, frente a se enquadrarem as novas postulações que o Estado lhes impõe. Sendo assim, no segundo capítulo, através da análise da fonte do periódico *A Voz de Chapecó*, pode-se chegar a algumas conclusões, que apontam a tentativa da elite chapecoense, principalmente em torno da família Bertaso, de transformarem os migrantes em elementos capazes de propagar e sustentar a brasilidade e os interesses brasileiros no até então sertão oestino.

É nesta perspectiva, que o a ideia e o discurso de Marcha Para Oeste serão incorporados e ressignificados por esta elite local, com a finalidade de se beneficiar das benesses que o projeto de nacionalização propunha para as regiões do Oeste do Brasil. Assim, através da refundação do mito bandeirante, postulado pelos ideólogos estado-novistas, que engendraram uma nova simbologia para o país, frente a criar um imaginário coletivo, no qual a figura da nação e seu líder figuravam como expressão maior, os próceres oestinos, colocaram o elemento migrante como esse “neo-bandeirante” que iria se embrenhar nas matas do sertão selvagem, na perspectiva de sustentar as balizas da nação e lá levar os símbolos nacionais.

Esta tentativa de hegemonização cultural, que buscava inculcar tradições e figuras consideradas brasileiras, em todos os cidadãos do país, foi ressignificada pela elite local chapecoense, que apostou na remodelagem da tradição dos colonos, para que os mesmos, abandonassem práticas, como a comunicação em língua estrangeira, e adotassem costumes que revelassem sua brasilidade. Soma-se a isso, a tentativa constante de livrar o Oeste Catarinense da pecha de incivilizado e selvagem. Deste modo, durante vários editoriais, o jornal buscou cobrar das autoridades auxílio para que esse projeto fosse concretizado, reivindicando investimentos em estradas para ligar a cidade aos centros “civilizados do país”, construções de escolas para o ensino dos “patrícios” e qualificação dos professores, para que fossem capazes de plantar aqui a brasilidade pelos métodos educativos.

Ao cobrar das autoridades maior empenho, a elite chapecoense, viu então no projeto de Marcha para Oeste e em suas ações, como a criação do Território Federal do Iguazu, uma oportunidade inigualável de enquadrar Chapecó nos moldes da modernidade capitalista, apostando que com a intervenção direta do governo federal, a região poderia receber os recursos suficientes para a concretização de tal desejo. Deste modo, a extinção do território e o não recebimento das benesses provenientes dele, provocam reação efusiva de repúdio do jornal, que durante sua trajetória inicial, chegou mesmo a ser visto como muito crítico, chegando a ser censurado, fechado e seu editor preso.

Assim, a análise do projeto de Marcha Para Oeste e suas interações durante o processo de colonização do Oeste Catarinense, demonstrou como a ideologia do arquétipo, construída e disseminada em um ambiente autoritário e repressivo, foi propagada pela elite colonizadora, que omitiu em inúmeras possibilidades o ônus causado pela pressão a que esses migrantes eram submetidos. Mesmo com as ações concretas não terem sido tão expressivas, o ideário e a simbologia criada, serviram de sustentação para o modelo de colonização que se implementou em Chapecó.

Entretanto, os assuntos envoltos a temática de pesquisa até aqui realizada não encontra esgotamento, pois as possibilidades de prosseguimento são múltiplas. Dentre elas, um maior enfoque na questão da faixa de fronteira, que pode estabelecer os interesses econômicos incrustrados na região, também, como se aplicou a Doutrina de Segurança Nacional na aludida faixa, constituem um eixo de pesquisa riquíssimo. Além disso, a perspectiva da História Ambiental também pode ser abordada, elucidando a relação do colono com o meio ambiente

que o envolvia, e também as resoluções do Estado Novo, no sentido das práticas agrícolas que deveriam ser desenvolvidas na região.

Enfim, uma pesquisa em História nunca encontra uma conclusão definitiva, pois o que seria do devir histórico se se esgotassem as perguntas e os problemas relacionados ao nosso passado? Deste modo, é que me proponho a prosseguir a análise, frente a construir uma visão que possibilite dar luz a uma História Regional tão cheia de perspectivas, como a relacionada ao Oeste Catarinense. Buscando sempre olhar para o passado, e através dos fragmentos que o mesmo nos relega, tentar reconstituir como aquelas mulheres e aqueles homens pensaram sua sociedade e se organizaram como humanos em um determinado tempo.



## FONTES

### **Jornalística:**

Periódico A Voz de Chapecó, ano I, n. 12, 18, 21, 26, 31, 32, 46, 55; ano II, n. 81.  
Arquivos do Ceom.

### **Oral:**

Entrevista realizada pelo Programa 21.2: Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico da UHE Foz do Chapecó, entrevistado(a)/s: Adão de Camargo, Miguel de Camargo e Eva de Camargo. entrevistador(a)/s: Lucas Antonio Franceschi, Mateus Spada Zatt e André Luiz Onghero, Chapecó, 1999. Transcrição realizado pelo Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM): Lisiane Kerbes. Revisão: Adan Geovani de Almeida Campos.

### **Iconográfica:**

Acervo digital Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: <http://ceom.unochapeco.edu.br/ceom/index/> Acesso: 17|10|2017.

Acervo digital Gazeta do Povo. Disponível em: <http://flip.gazetadopovo.com.br/pub/grpcom/> Acesso: 21|10|2017.

### **Legislativa:**

Portal da Legislação. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 20 de Nov. de 2017.

## REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de A. P. Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 23-80.

BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no rio Uruguai o processo de colonização do velho município de Chapeco (1917/1950)**. 1991. 190 p. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1991.

BOSI, Alfredo, 1936- **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 3.ed. Florianópolis: Lunardelli, 1987.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacionalstatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em Cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo**. São Paulo: Unesp, 2008.
- CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- CHITOLINA, Valdirene. **A Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi e a Fazenda Rodeio Bonito no Oeste Catarinense**. In TEDESCO, João Carlos. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009.
- COELHO, George Leonardo Seabra. **Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática**. 2010. 220 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História. Goiânia. 2010.
- DE LUCA, Tania. **Fotografia: múltiplos olhares**. São Paulo, contexto, 2005.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge ZaharEd., 1994.
- ELIAS, Norbert. Sociogênese do conceito de Civilization na França. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 51-64.
- FAUSTO, Boris. **A História do Brasil**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FILHO, Roberto Luiz Pocai. **A saga do “pioneiro” no sertão dos “bichos do mato”: A produção do espaço no Sudoeste do Paraná e o silêncio da História**. TerraPlural, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 125-144, jan/jun. 2014.
- HACKENHAAR, Clayton. **O Estado Novo em Santa Catarina (1937-1945): política, trabalho e terra**. Florianópolis, SC, 2014. 236 p.
- HASS, Monica. **Os partidos políticos e a elite Chapecoense: um estudo de poder local - 1945 a 1965**. 1993. 373 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de PósGraduação em Sociologia Política. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 1993.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.
- KOSSOY, Boris. **Algumas luzes sobre a polêmica História da Fotografia**. Íris, n.373, p.1318, ago.1984
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo, Papyrus, 1986.
- LOPES, Sérgio. **O Território do Iguaçu no Contexto da Marcha para Oeste**. Edunioeste, 2002.
- LOPES, Sérgio. **O Território Federal do Iguaçu e a “Marcha para Oeste”**. Espaço Plural, UNIOESTE, Cascavel, v 11, n 08, 2004.

NODARI, Eunice Sueli. **Persuadir Para Migrar: a atuação das companhias colonizadoras.** Esboços, revista do programa de pós-graduação em História da UFSC. Florianópolis. v.10. n. 10. p. 29-51. 2002.

NODARI, Eunice Sueli. **A dor do esquecimento: as marcas da ditadura Vargas no Oeste de Santa Catarina.** Revista História Oral, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1-2, 2009. Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br>. Acesso em: 10|10|2017.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os Anos 1930: as incertezas do regime.** In FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: O tempo do nacionalstatismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEREIRA, Eliane Manso. **O Estado Novo e a Marcha Para Oeste.** História Revista, 2º ed. p. 113-129. Goiás: Jan de 1997.

PETROLI, Francimar Ilha da Silva. **Território, economia e modernidade: Oeste Catarinense, 1916-1945.** Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas, 19 a 22 de agosto de 2012, UDESC, Florianópolis, SC.

PETROLI, Francimar Silva. **Um Desejo de Cidade, Um Desejo de Modernidade (Chapecó, 1931-1945).** 2008. 171 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação em história, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina.** Porto Alegre: Pallotti, 1982. PINSKY, Carla. **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do contestado (1912-1914).** São Paulo: Ática, 1966.

RADIN, José Carlos. **Companhias colonizadoras em Cruzeiro: representações sobre a civilização do sertão.** 2006. 210 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis. 2006.

REIS, Elisa P. ZILBERMAN Regina. Retratos do Brasil. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2004.

RENK, Arlene. **A colonização do Oeste Catarinense: as representações dos brasileiros.** Cadernos do CEOM v.5, n.7, 1991. P.221-255.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Os Sertões Catarinenses: Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado.** 2001. 115 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING Heloisa Murgel. **Brasil: Uma Biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEYFERTH, Giralda. **A assimilação dos imigrantes como questão nacional**. Mana vol.3 n.1 Rio de Janeiro. 1997.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Rogério Luiz. **A arte de disciplinar os sentidos o uso de retratos e imagens em tempos de nacionalização (1930-1945)**. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 57 abr.-jun. 2014.

THOMÉ, Nilson. **O Contestado no Processo de Colonização do Oeste Catarinense: Causa ou Consequência?** In TEDESCO, João Carlos. **Colonos, Colônias e Colonizadores: aspectos da territorialização agrária no sul do Brasil**. Erechim: Habilis, 2009.

VALENTINI, Delmir José. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil: A Instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906-1916)**. Porto Alegre, 2009. 301 f. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. PUC – RS. 2009.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

WERLANG, Alceu Antonio. **A Marcha Para Oeste em Santa Catarina**. In MARIN, Joel Orlando; NEVES, Delma. **Campesinato e Marcha para Oeste**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.